

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Revista Querubim

Letras – Ciências Humanas – Ciências Sociais

Ano 19

Coletânea Interdisciplinar 9

**Mayara Ferreira de Farias
(Org.)**

**Aroldo Magno de Oliveira
(Ed./Org.)**

2023

2023

2023

2023

Niterói – RJ

Revista Querubim 2023 – Ano 19 Coletânea Interdisciplinar 9 – 50p. (agosto – 2023)
Rio de Janeiro: Querubim, 2023 – 1. Linguagem 2. Ciências Humanas 3. Ciências Sociais Periódicos.
I - Título: Revista Querubim Digital

Conselho Científico

Alessio Surian (Universidade de Padova - Itália)
Darcília Simoes (UERJ – Brasil)
Evarina Deulofeu (Universidade de Havana – Cuba)
Madalena Mendes (Universidade de Lisboa - Portugal)
Vicente Manzano (Universidade de Sevilla – Espanha)
Virginia Fontes (UFF – Brasil)

Conselho Editorial

Presidente e Editor
Aroldo Magno de Oliveira

Consultores

Alice Akemi Yamasaki
Bruno Gomes Pereira
Carla Mota Regis de Carvalho
Elanir França Carvalho
Enéias Farias Tavares
Francilane Eulália de Souza
Gladiston Alves da Silva
Guilherme Wyllie
Hugo de Carvalho Sobrinho
Hugo Norberto Krug
Janete Silva dos Santos
Joana Angélica da Silva de Souza
João Carlos de Carvalho
José Carlos de Freitas
Jussara Bittencourt de Sá
Luciana Marino Nascimento
Luiza Helena Oliveira da Silva
Mayara Ferreira de Farias
Pedro Alberice da Rocha
Regina Célia Padovan
Ruth Luz dos Santos Silva
Shirley Gomes de Souza Carreira
Vânia do Carmo Nóbile
Venício da Cunha Fernandes

SUMÁRIO

01	Andréa Karla Lima Duarte de Carvalho, Jefferson Vitoriano Sena e Rômulo Andrade de Souza Neto - Teletrabalho em instituições públicas de ensino: uma revisão de literatura	04
02	Andréa Karla Lima Duarte de Carvalho, Jefferson Vitoriano Sena, Laís Karla da Silva Barreto e Alice Gerlane Cardoso da Silva – O panorama vivido por uma secretária executiva no trabalho remoto emergencial: um relato de experiência	13
03	Adelmária Cordeiro de Sena, Alexandre Gomes Maia e Rômulo Andrade de Souza Neto – Um estudo sobre a realidade do gerenciamento de resíduos de saúde em estabelecimentos de odontologia no Brasil	20
04	Jefferson Vitoriano Sena, Fabiana Pinheiro Santiago, Laís Karla da Silva Barreto e Alice Gerlane Cardoso da Silva – Regulamento de leitos: um estudo teórico sobre os métodos implantados nos hospitais do Brasil	30
05	Maria Keila Jeronimo e Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes – Do Brasil Colônia à Primeira República: um breve retrospecto do ensino de Filosofia no nível secundário	43

TELETRABALHO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Andréa Karla Lima Duarte de Carvalho¹
Jefferson Vitoriano Sena²
Rômulo Andrade de Souza Neto³

Resumo

O teletrabalho ficou evidente com a pandemia do coronavírus e vem crescendo nos últimos anos. As pessoas que nunca haviam desenvolvido essa modalidade de trabalho tiveram que adaptá-la em sua rotina pessoal e profissional. Por sua vez, as empresas privadas e instituições públicas também tiveram que se adaptar a essa modalidade. Diante disso, este trabalho teve como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre o teletrabalho nas instituições públicas de ensino. Foi realizada uma pesquisa na base de dados Spell, biblioteca eletrônica com repositório de artigos científicos, utilizando a palavra-chave “teletrabalho”. A busca apresentou 48 artigos que após a seleção dos títulos e resumos, resultou em 3 artigos que abordavam o tema sugerido. Os artigos mostram os aspectos de avaliação no processo de adoção do teletrabalho; a percepção e adaptação às novas formas autônomas de trabalho e os cuidados com o bem-estar do trabalhador e as similaridades e divergências na experiência com o teletrabalho em tempos de emergência e em tempos estáveis. Ao fim do estudo, conclui-se que apesar de todas as adversidades e a falta de tempo para a preparação, grande parte dos servidores conseguiram se adaptar ao teletrabalho.

Palavras-chave: Teletrabalho, instituições públicas de ensino, revisão de literatura.

Abstract

Telework became evident with the coronavirus pandemic and has been growing in recent years. People who had never developed this type of work had to adapt it to their personal and professional routine. In turn, private companies and public institutions also had to adapt to this modality. Therefore, this work aimed to carry out a systematic review of the literature on telework in public educational institutions. A search was carried out in the Spell database, an electronic library with a repository of scientific articles, using the keyword “telecommuting”. The search presented 48 articles that, after selecting the titles and abstracts, resulted in 3 articles that addressed the suggested topic. The articles show aspects of evaluation in the process of adopting telework; the perception and adaptation to the new autonomous ways of working and care for the worker's well-being and the similarities and differences in the experience with telework in times of emergency and in stable times. At the end of the study, it is concluded that despite all the adversities and the lack of time for preparation, most of the servers managed to adapt to telework.

Keywords: Telework, public educational institutions, literature review

¹ Mestranda em Administração (UNP). Especialização em Gestão de Negócio (FARN). Graduação em Secretariado Executivo (FACEX). E-mail: akld2004@yahoo.com.br.

² Mestrando em Administração (UNP). Especialista em Educação à Distância (Signorelli). Especialista em Secretariado Escolar (Faculdade Única). Especialista em Matemática Financeira e Estatística (Focus). Licenciado em Matemática (UFRN). Licenciado em Pedagogia (FAEL). E-mail: seninhajefferson@gmail.com.

³ Graduação em Administração (UFRN). Mestrado em Administração (UFRN). Doutorado em Administração (UFRN). E-mail: romulo.neto@animaeducacao.com.br

Um convite ao tema

Foi na década de 70 que surgiram os estudos sobre o teletrabalho, com base no trabalho do físico Jack Nilles, um homem muito à frente do seu tempo em que, sendo indagado sobre como melhorar as condições de trânsito no seu tempo, vislumbrou essa modalidade laboral. Para Nilles (1997), o teletrabalho envolve qualquer alternativa que seja capaz de possibilitar a substituição dos deslocamentos ao ambiente organizacional, pela tecnologia da informação, seja por um ou mais dias da semana. Esta definição está relacionada ao termo "telecommuting".

O teletrabalho foi reconhecimento oficialmente no Brasil na década de 90. Para a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2020), o teletrabalho é definido pelo uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC), tais como smartphones, tablets, computadores portáteis, no trabalho que é realizado fora das instalações da entidade empregadora. Em outras palavras, o teletrabalho implica o trabalho realizado com recurso às TIC exercido fora dos locais de trabalho da entidade empregadora.

Em 1999, foi criada a Sociedade Brasileira de Teletrabalho e Teletividade – SOBRACTT que elaborou uma cartilha com orientação para a implantação do teletrabalho, de forma generalista, considerando que cada empresa ou instituição possui suas próprias características. O teor dessa cartilha era mostrar essa modalidade laboral como uma estratégia de gestão e encorajar a sua adoção, pois acreditavam que existia grandes vantagens e benefícios atrelados a esse modelo de trabalho (SOBRACTT, 2017).

Em 2017, o teletrabalho foi oficialmente inserido e reconhecido no pleito jurídico devido à Reforma Trabalhista. Em algumas organizações o teletrabalho já vinha sendo implantado. Porém pode-se dizer que a implementação em larga escala desse modelo de trabalho foi incentivada pela pandemia causada pelo COVID-19. Esta modalidade de trabalho foi trazida como uma aliada da quarentena e da eminente crise econômica, devido à paralisação brusca de contato social no mundo, incluindo assim as relações de emprego.

O teletrabalho está descrito na lei brasileira de nº 13.467/2017, lei da reforma trabalhista, que promoveu alterações na CLT:

Art. 75-B. Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e de comunicação que, por sua natureza, não se constituam como trabalho externo. 6 Parágrafo único. O comparecimento às dependências do empregador para a realização de atividades específicas que exijam a presença do empregado no estabelecimento não descaracteriza o regime de teletrabalho (BRASIL, 2017, não paginado)

Um dos argumentos que vem sendo mais utilizado pelas organizações para convencerem colaboradores a ingressar nessa modalidade de trabalho é o aumento de qualidade de vida (BARROS; SILVA, 2010). Pode-se citar como possíveis vantagens do teletrabalho para os trabalhadores a economia do tempo de trajeto entre casa e trabalho, a maior autonomia para o trabalho, a flexibilidade do trabalho, um maior equilíbrio entre a vida profissional e pessoal. Já em relação as possíveis desvantagens, pode-se citar o isolamento profissional, possíveis limitações nas conquistas de reconhecimento no trabalho e ao mesmo tempo a difícil integração entre família, lar e trabalho (SMAHA, 2009).

Contudo, não são todas as pessoas que conseguem se adaptar ou migrar para o teletrabalho, como também nem todas as atividades e profissões se adequam a essa modalidade. Mas, a pandemia surpreendeu a todos e muitas empresas e instituições tiveram que migrar, em um curtíssimo espaço de tempo, todos ou quase todos os seus funcionários.

Na Administração Pública Federal, o trabalho à distância adotado na situação pandêmica, não foi planejado e pensado para os desafios dessa modalidade de trabalho e não se sabia ao certo quando seria o seu fim ou o retorno ao trabalho presencial, visto que não havia previsão de término da pandemia.

Diante dessa nova realidade, para prosseguimento das atividades laborais dos servidores públicos, foi necessário o aperfeiçoamento da utilização das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), que já eram bastante utilizadas, todavia tornaram-se ferramenta indispensável para a não interrupção das atividades laborais e dos serviços públicos.

No que tange a adoção do trabalho à distância no setor público, o primeiro órgão a adotar o teletrabalho de modo abrangente e estruturado com um projeto-piloto foi, em 2006, o Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO (VILLARINHO; PASCHOAL, 2016). O Governo Federal brasileiro, a partir da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia estabeleceu as novas regras do trabalho remoto (teletrabalho) na Administração Pública Federal pela Instrução Normativa nº 65 (BRASIL, 2020).

A Instrução Normativa nº 65 (BRASIL, 2020) “estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão - PGD” com foco num programa de gestão a ser implementado para os servidores públicos, sendo o teletrabalho uma das opções de trabalho.

O PGD é uma ferramenta de Gestão que disciplina o exercício de atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados; é por meio dessa mensuração, que o PGD trouxe como modalidade de trabalho o teletrabalho. Dessa forma, a Instrução Normativa nº 65 (BRASIL, 2020) em seu art. 3º inciso VII define o teletrabalho como uma: “modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos”.

Além da definição do teletrabalho e as modalidades, que podem ser em regime de execução integral - compreendendo toda a jornada, ou regime de execução parcial - jornada de teletrabalho conforme cronograma definido, a IN 65/2020 traz outras orientações e requisitos para implementação do PGD. O PGD, descrito na IN 65/2020, deixa claro, como deverá ser desenvolvido o teletrabalho; por meio de controle, metas, entregas e mensuração da produtividade e resultados, que deverão ser apresentados, e avaliados a cada entrega.

Há um interesse crescente do teletrabalho no setor público, impulsionado pelas discussões que envolvem a otimização da jornada de trabalho, a preocupação com a qualidade de vida, a valorização do tempo livre, custos com transportes e tempo gasto com deslocamentos, além da redução de espaços fixos e, conseqüentemente, reduzindo custos para as empresas. No âmbito do serviço público, Matias-Pereira (2013, não paginado) aborda o teletrabalho como:

[...] aquele em que o servidor público pode desenvolver parte ou todo o seu trabalho em casa ou em qualquer outro local, apoiado na utilização das novas ferramentas tecnológicas, em especial, o computador, acesso à Internet, hardwares e softwares necessários para o desempenho de suas funções. As atividades prioritizadas devem ter como referência as atribuições em que seja possível, em função da característica do serviço, mensurar objetivamente o desempenho do servidor e a qualidade do serviço prestado.

Para Matias-Pereira (2013), a efetivação do teletrabalho no serviço público requer investimentos em softwares para gestão dos processos e treinamento para as equipes de gestores. Para o autor, as barreiras culturais se configuram como as maiores dificuldades na implantação desse modelo de trabalho no Brasil, cujo foco se dá pelo aumento da produtividade, redução de custos e elevação do nível de transparência da gestão pública.

Segundo o autor supracitado: “É preciso considerar que muitas pessoas não possuem o perfil adequado para deixar o ambiente do órgão público, devido às dificuldades de gestão do tempo e a falta de clareza no que se refere a seus próprios objetivos de vida” (MATIAS-PEREIRA, 2013, p. 17).

O teletrabalho, implementado e definido após o PGD, é uma realidade cada vez mais presente nas Instituições de Ensino Superior. As orientações normativas, definem o teletrabalho na Administração Pública, e trazem as informações necessárias para que se implemente o PGD nas instituições. Desde a adoção massificada do teletrabalho pela administração pública, durante a pandemia do novo coronavírus, essa temática tem atraído cada vez mais olhares por parte do governo federal principalmente pela oportunidade de redução de custos.

Desenho metodológico

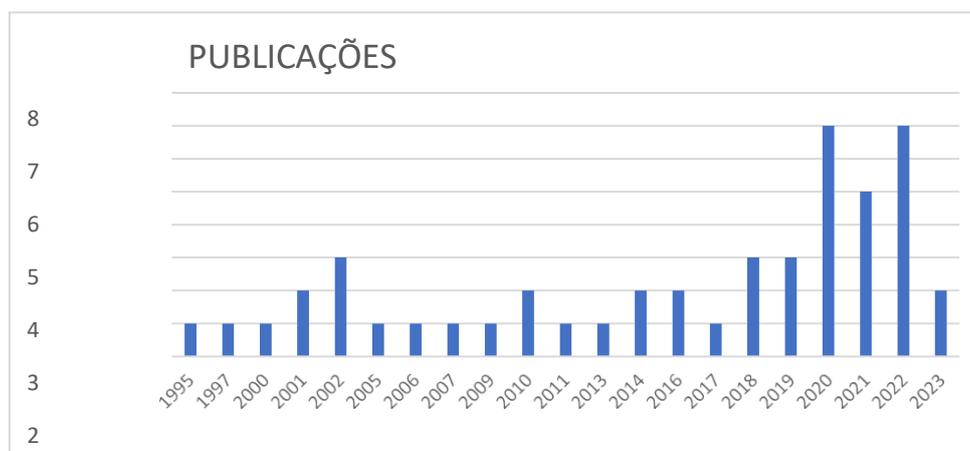
Este estudo caracteriza-se como uma revisão sistemática de literatura. Para Sampaio & Mancini (2007), consiste em utilizar como fonte de dados a literatura sobre um tema, possibilitando uma visão ampla acerca do conhecimento já adquirido em estudos anteriormente realizados.

De acordo com Galvão e Ricarte (2020), a revisão da sistemática da literatura mostra que está focada no seu caráter de reprodutibilidade por outros pesquisadores, pautando no entendimento de que ela apresenta de forma explícita as bases de dados bibliográficos que foram consultadas, assim como as estratégias de busca empregadas em cada base, o processo de seleção dos artigos científicos, os critérios de inclusão, exclusão e o processo de análise de cada artigo.

A base eletrônica de dados escolhida e utilizada para o levantamento da literatura foi a Spell, que é um sistema de indexação, pesquisa e disponibilização gratuita de produção científica, particularmente das áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo. Optou-se por realizar a pesquisa utilizando o campo “Título do Documento”, com a palavra-chave “teletrabalho”. O tipo de trabalho escolhido foi o artigo, sendo todos no idioma português e o tema da pesquisa foi o “Teletrabalho em instituições públicas de ensino”.

A pesquisa foi realizada no dia 06/07/2023, onde foram encontrados 48 artigos, com publicações entre 1995 e 2023. Considerando que a pandemia de Covid-19 foi um episódio recente onde o teletrabalho foi imposto com maior intensidade, observou-se que muitos artigos foram publicados no espaço temporal entre 2020 e 2022, conforme demonstrado na Figura 1 abaixo.

Figura 1. Linha de tempo das publicações.



Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

A escolha e análise dos artigos encontrados foi realizada em três etapas. Na primeira etapa, foi realizada a leitura dos títulos. Não houve restrição quanto ao ano de publicação dos artigos, pois, o intuito era encontrar todos os artigos possíveis e disponíveis sobre o assunto. Na segunda etapa, foi realizada a leitura dos resumos, sendo excluídos os que não diziam respeito ao propósito deste estudo. Na terceira etapa, foi realizada a leitura na íntegra dos artigos selecionados após a leitura dos resumos, resultando em 3 artigos considerados relevantes e pertinentes ao foco de estudo.

A ferramenta de apoio utilizada para organizar as informações levantadas nos artigos foi o editor de planilhas da Microsoft Excel, sendo estruturada em cinco categorias temáticas: ano de publicação, autores, título, periódicos e tema, conforme quadro abaixo.

Principais resultados do estudo

Os resultados deste estudo, relacionado ao tema proposto, estão sintetizados no quadro apresentado abaixo.

Quadro 1. Resultados das buscas.

Ano	Autor	Título	Periódico	Tema
2022	Antônio Luís Ramos Lopes; Guilherme Lerch Lunardi	Adoção do teletrabalho em instituições de ensino durante a pandemia da Covid 19: um estudo realizado com os servidores técnico-administrativos da Universidade Federal do Rio Grande – FURG	Revista de Gestão e Secretariado	Adoção do teletrabalho
2022	Daniele Caroline da Silva; Sayonara de Fátima Teston; Patrick Zawadzki; Suzete Antonieta Lizote; Ieda Margarete Oro	Autonomia, multitarefas e bem-estar: Percepções no teletrabalho	Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão	Percepção no teletrabalho

2020	Ana Luiza Leite, Dannyla da Cunha Lemos	Teletrabalho durante a pandemia: experiência do corpo técnico da universidade do estado de Santa Catarina – UDESC	Pensamento & Realidade	Experiência do teletrabalho
------	---	--	---------------------------	--------------------------------

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

O número de publicações na base eletrônica Spell, contendo a palavra-chave “teletrabalho”, foi de 48 artigos, mas apenas 3 foram selecionados com o tema principal do trabalho “teletrabalho em instituições públicas de ensino”, conforme demonstrado na imagem anterior.

Os autores dos artigos selecionados possuem titulação como mestres ou doutores nas seguintes áreas: Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis e Ciências do Movimento Humano. A maioria é de servidores públicos, técnicos administrativos e docentes, sendo os docentes em maior número.

Os artigos selecionados foram publicados em periódicos distintos. A Revista de Gestão e Secretariado – GESEC que possui Qualis B2 e tem como objetivo a publicação de trabalhos inéditos que contribuam para a promoção e divulgação de temas fundamentais da gestão empresarial e áreas afins. O conteúdo da Revista de Gestão e Secretariado pretende ser relevante e interessante para um amplo público leitor, o que contribui para a compreensão e discussão da administração e da academia em todo o mundo.

A Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão, por sua vez, possui Qualis B3 e é um periódico vinculado à Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade da Universidade Federal do Ceará (FEAAC/UFC). Tem como objetivo promover o debate de temas relevantes nas áreas da Administração, Ciências Contábeis e Economia, com publicação textos inéditos, na forma de artigos, e que abordem pesquisas científicas. E também tem a missão de interagir com diferentes públicos e instituições das áreas de conhecimento da Economia, Administração, Ciências Contábeis e áreas afins, tanto em nível nacional como internacional, para divulgar, disseminar e fomentar a produção científica nesses respectivos campos.

A Revista Pensamento & Realidade também tem Qualis B3 e tem a missão de promover e divulgar pesquisas na área de Administração e afins buscando ser reconhecida pela qualidade de seus artigos.

Os temas dos artigos são temas que estão bem atrelados ao teletrabalho: adoção, percepção e experiência. O artigo que utilizou o tema “adoção” buscou analisar a adoção do teletrabalho em uma instituição pública de ensino superior, na percepção dos seus técnico-administrativos.

Já o artigo que utilizou o tema “percepção” buscou avaliar a percepção de trabalhadores em relação à autonomia, controle atencional para multitarefas e bem-estar e o artigo que utilizou o tema “experiência” buscou analisar a experiência de teletrabalho, durante a pandemia, da Universidade do Estado de Santa Catarina, ao que tange os cargos técnicos, contribui no sentido de encontrar similaridades e divergências na experiência de teletrabalho em tempos de emergência e em tempos estáveis.

Os trabalhos analisados adotaram conceitos de diferentes autores a respeito do teletrabalho, sendo que um deles escolheu a definição contida na Lei nº 13.467/2017.

Quadro 2. Conceitos sobre teletrabalho.

Pesquisa	Conceito adotado
1 Lopes e Lunardi (2022)	Segundo Nilles (1997), o teletrabalho nada mais é do que uma pessoa realizar as suas atividades laborais de forma remota em tempo parcial ou integral, utilizando-se de alguma Tecnologia da Informação (TI) para atingir os resultados esperados. Segundo Trope (1999), o teletrabalho é uma modalidade de trabalho em que as atividades são realizadas em locais diferentes da sede da organização, utilizando recursos tecnológicos para atender às necessidades laborais
2 Silva; Teston; Zawadzki; Lizote e Oro (2022)	Segundo a lei nº 13.467 (2017), o teletrabalho diz respeito a realizar as atividades laborais fora das dependências da empresa e possui regras específicas.
3 Leite e Lemos (2020)	Segundo Illegems e Yerbeke (2004), o teletrabalho pode ser definido como sendo um trabalho remunerado a partir de casa, ou de qualquer outra estação de trabalho fora do local de trabalho da organização por pelo menos um dia.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023.

Diante desses conceitos apresentados, observa-se que o teletrabalho é um termo com muitas definições.

Considerações finais

Por meio de uma revisão sistemática da literatura, este trabalho buscou analisar a produção científica sobre o teletrabalho nas instituições públicas de ensino, a fim de identificar os principais atributos do teletrabalho no serviço público. Foram analisados 3 artigos, selecionados na base de dados Spell, sendo que não foi encontrada nenhuma publicação sobre o tema em periódicos internacionais. Considerando que o tema em questão pode ser considerado relativamente novo, especialmente no setor público, parece ser natural que as publicações dos estudos na área ainda estejam em fase inicial de desenvolvimento.

Os estudos focam em identificar a adoção do teletrabalho no serviço público, mostrando que vem evoluindo de forma consolidada nas instituições federais. Em 2020, a pandemia gerou um grande incremento desta modalidade de trabalho e o governo federal emitiu a Instrução Normativa (IN) 65, estabelecendo orientações, critérios e procedimentos para a implementação do teletrabalho, por meio de um programa de gestão.

Com base nos artigos encontrados, percebe-se que o teletrabalho parece estar alcançando os objetivos de melhorar a vida familiar, ampliando a discussão sobre o bem-estar dos servidores. Apesar de apresentar algumas desvantagens, mesmo ocorrendo em menor escala, do planejamento da modalidade de teletrabalho na instituição, como: isolamento social, pessoas que não possuem o perfil tendo que praticar essa modalidade, problemas psicológicos, conflito trabalho-família, distração com o aumento de tarefas domésticas e falta de equipamentos.

Embora apresente algumas limitações, acredita-se que esta revisão possa contribuir com a literatura sobre a temática ao apresentar um panorama das pesquisas sobre o tema, seus principais benefícios e desafios para as organizações públicas. Essa contribuição também pode ser refletida nas organizações já que conhecer sobre os resultados dessa modalidade de trabalho pode ajudar os profissionais das áreas de gestão de pessoas na implementação mais eficaz do teletrabalho.

Por fim, espera-se que este trabalho, bem como as oportunidades de pesquisas sinalizadas sobre o tema, possam subsidiar a literatura e enriquecer os periódicos, na construção de um arcabouço teórico e metodológico mais robusto sobre o tema.

Referências

BARROS, A. M.; SILVA, J. R. G. Percepções dos indivíduos sobre as consequências do teletrabalho na configuração home-office: estudo de caso na Shell Brasil. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 8, n. 1, p. 71–91., 2010. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/1082/percepcoes-dos-individuos-sobre-as-consequencias-do-teletrabalho-na-configuracao-home-office--estudo-de-caso-na-shell-brasil/i/pt-br>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Economia. Instrução Normativa nº 65, de 30 de julho de 2020. Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão. **Diário Oficial da União**, Brasília, n. 146, p. 21, 31 jul. 2020. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/69026>. Acesso em: 18 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13467, de 03 de julho de 2017**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 10 jul. 2023

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, RJ, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73. Disponível em: <https://revista.ibict.br/finf/article/view/4835>. Acesso em: 25 jul. 2023.

LEITE, A. L.; LEMOS, D. C. Teletrabalho durante a pandemia: experiência do corpo técnico da universidade do estado de Santa Catarina – UDESC. **Pensamento & Realidade**, v. 35, n. 3, p. 87-109, 2020. DOI: <https://doi.org/10.23925/2237-4418.2020v35i3p.87-109>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/52094>. Acesso em: 18 ago. 2023.

LOPES, A. L. R.; LUNARDI, G. L. Adoção do teletrabalho em instituições de ensino durante a pandemia da Covid-19: um estudo realizado com os servidores técnico- administrativos da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 13, n. 2, p. 26-54, 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v13i2.1282>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/download/1282/580/5494>. Acesso em: 18 ago. 2023.

MENEZES, G. L.; SOCOLOSKI, A. L. M.; MAIA, M. Teletrabalho e Qualidade de Vida: Estudo de Caso em uma Instituição Pública de Ensino no Brasil. **REVES - Revista Relações Sociais**, v. 5, n. 4, p. 14747–01e, 2022. DOI: 10.18540/revesv5iss4pp14747- 01e. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/14747>. Acesso em: 18 jul. 2023.

MATIAS-PEREIRA, J. **A adoção do teletrabalho na administração pública é viável no Brasil?** Brasília: Consulex, 2013.

NILLES, J. M. **Fazendo do teletrabalho uma realidade**: um guia para telegerentes e teletrabalhadores. São Paulo: Futura, 1997.

OIT. **Teletrabalho durante e após a pandemia da COVID-19** - Guia prático. Bureau Internacional do Trabalho - Genebra, jul 2020.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, v. 11, n. 1, p. 83–89, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-35552007000100013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbfi/a/79nG9Vvk3syHhnSgY7VsB6jG/?lang=pt>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SILVA, D. C.; TESTON, S. F.; ZAWADZKI, P.; LIZOTE, S. A.; ORO, I. M. Autonomia, multitarefas e bem-estar: Percepções no teletrabalho. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 20, n. 1, p. 151-167, 2022. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/contextus/article/view/78275>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE TELETRABALHO E TELEATIVIDADES (SOBRATT). **Cartilha de orientação para implantação e prática do teletrabalho**. 2017. Disponível em: <https://www.sobratt.org.br/site2015/wp-content/uploads/2020/12/Cartilha-Teletrabalho.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SMAHA, H. C. **Trabalho e família no contexto de teletrabalho: o olhar de teletrabalhadores e seus co-residentes**. 2009. 125f. Dissertação (Mestrado) - Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8623/1417120.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2023.

VILLARINHO, K. P. B.; PASCHOAL, T. Teletrabalho no Serpro: pontos positivos e negativos e relações com desempenho profissional, bem-estar e contexto de trabalho. *In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisas em Administração*, 40, 2016, Costa do Sauípe. **Anais**. Costa do Sauípe, BA: ANPAD, 2016.

O PANORAMA VIVIDO POR UMA SECRETÁRIA EXECUTIVA NO TRABALHO REMOTO EMERGENCIAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Andréa Karla Lima Duarte de Carvalho⁴

Jefferson Vitoriano Sena⁵

Lais Karla da Silva Barreto⁶

Alice Gerlane Cardoso da Silva⁷

Resumo

O presente texto constitui em um relato de experiência de uma secretária executiva, servidora de uma Instituição Pública Federal de Ensino do Estado do Rio Grande do Norte, frente a pandemia da Covid-19. O objetivo deste artigo é descrever a vivência dessa profissional diante do trabalho remoto emergencial imposto pela pandemia. Portanto, discute sobre a adoção de tecnologias móveis, o uso de aplicativos de reuniões online e a gestão do tempo para conciliar o trabalho e a vida familiar. Em uma situação nunca vivenciada pela servidora, a realização das atividades de forma remota, apresentou obstáculos, dificuldades e entraves na rotina das atividades, mas serviu de grande aprendizado para sua experiência profissional. Contudo, o contexto pandêmico demandou adaptações de novas estratégias de trabalho, na intenção de promover um melhor desenvolvimento das atividades realizadas.

Palavras-chave: Experiência; Trabalho remoto; Pandemia.

Abstract

This article is an experience report of an executive secretary, a servant of a Federal Public Education Institution in the State of Rio Grande do Norte, in the face of the Covid-19 pandemic. The purpose of this article is to describe the experience of this professional in the face of emergency remote work imposed by the pandemic. Therefore, it discusses the adoption of mobile technologies, the use of online meeting applications and time management to reconcile work and family life. In a situation never experienced by the server, carrying out activities remotely, presented obstacles, difficulties and obstacles in the routine of activities, but served as a great learning experience for her professional experience. However, the pandemic context demanded adaptations of new work strategies, with the intention of promoting a better development of the activities carried out.

Keywords: experience; remote work; pandemic.

⁴ Mestranda em Administração (UNP). Especialização em Gestão de Negócio (FARN). Graduação em Secretariado Executivo (FACEX). E-mail: akld2004@yahoo.com.br.

⁵ Mestrando em Administração (UNP). Especialista em Educação à Distância (Signorelli). Especialista em Secretariado Escolar (Faculdade Única). Especialista em Matemática Financeira e Estatística (Focus). Licenciado em Matemática (UFRN). Licenciado em Pedagogia (FAEL). E-mail: seninhajefferson@gmail.com.

⁶ Doutora e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Especialista em Práticas pedagógicas no Ensino Superior (UNP). Especialista em Estudos da Linguagem (UFRN). Graduada em Administração (UNESA). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UFRN). Graduada em Comunicação Social - Rádio & TV (UFRN). Graduada em Letras (UFRN). Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar (PPGA-UNP). E-mail: laisbarreto@gmail.com.

⁷ Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora da Universidade Potiguar - UNP. E-mail: alice.gerlane@animaeducacao.com.br.

Introdução

No final de 2019, foi identificado um vírus com alta capacidade de disseminação relatado na cidade de Wuhan, na China, tornando-se uma ameaça à saúde pública e sanitária mundial. A transmissão acontecia pelo contato direto entre os indivíduos por meio de gotículas disseminadas, tosse ou espirro. Logo, novos casos foram surgindo em outros países alastrando-se em todo o mundo.

Apesar da constante divulgação pelas mídias brasileiras, essa realidade a princípio parecia distante do Brasil, mas não se passou muito tempo até que o primeiro caso fosse confirmado em fevereiro de 2020, através de um homem que adentrara no país após uma viagem pela Itália, passando assim, a confirmação do primeiro caso na América Latina (AFONSO *et al.*, 2020).

A partir de então, a Organização Mundial de Saúde declarou, no ano de 2020, o surto marcado pela pandemia do novo coronavírus, uma doença respiratória aguda grave chamada Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2, com alta taxa de transmissão. Além de acometer o sistema respiratório, pode ocasionar comprometimento multissistêmico e prolongado da doença em alguns indivíduos (BRASIL, 2022).

Segundo Afonso *et al.* (2020), a pandemia do Covid-19 provocou impactos em diversos setores. Além disso, o vírus ocasionou o agravamento de outras doenças já existentes que tiveram seus fatores de risco ampliados, pela diminuição das práticas de cuidados. Todos foram afetados de alguma maneira, independentemente de cor, raça, classe social, sexo ou faixa etária.

Diante do quadro pandêmico, os governantes mundiais iniciaram medidas para conter o vírus, dentre elas o uso de máscaras, álcool em gel, maiores cuidados com a higiene, e a mais importante, o isolamento social. O simples ato de cumprimentar, abraçar ou estar junto das pessoas que amamos foi reduzido ou muitas vezes até cancelado por completo por um longo período.

É consenso mundial que a pandemia acarretou grandes mudanças nas prioridades da população e representou um desafio na vida de todos os profissionais. Nesse contexto, o isolamento social constituiu como a principal estratégia preventiva à disseminação da doença, sendo benéfico na contenção do coronavírus. No entanto, trouxe impactos sociais e econômicos, desde a saudade de pessoas queridas, ansiedade, insegurança, medo e, em algumas vezes, depressão. Além da perda de empregos e redução de salários da população. Segundo Afonso *et al.* (2020), as populações que mais sofrem impactos sociais são mais vulneráveis à transmissão do vírus, pois enfrentam dificuldades financeiras e de acesso aos serviços públicos e de saúde.

Essa estratégia de contenção levou ao fechamento de muitas instituições de ensino no, pelo fato de apresentarem ambientes que reúnem grande número de pessoas em locais fechados, como as salas de aulas, levando à suspensão das aulas e das atividades administrativas presenciais. Desta forma, as instituições de ensino, passaram por um processo desafiador de reformulação de estratégias de ensino e trabalho, conforme normativos definidos por diversos decretos.

Diante do cenário, as instituições públicas de ensino no Brasil, adotaram o Ensino Remoto Emergencial e Trabalho Remoto ou Teletrabalho, que significa a prática dos funcionários de realizarem suas tarefas em um local à distância, de forma a garantir a continuidade das atividades e serviços prestados, com o objetivo de minimizar os impactos negativos imposto da pandemia.

Nesse contexto, inclui-se o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Natal-Zona Norte que suspendeu suas atividades acadêmicas e administrativas presenciais em 17 de março de 2020 e estabeleceu o Comitê Local de Enfrentamento à Covid-19 na perspectiva de orientar a comunidade acadêmica e definir estratégias para solução das diversas demandas, sempre observando a implantação de medidas que permitiam o funcionamento dos setores, minimizando o risco de contaminação e de circulação do vírus.

Naquele momento atípico de pandemia, a instituição foi levada a adaptar o desenvolvimento das atividades acadêmicas e administrativas para o formato online, onde plataformas e aplicativos virtuais foram utilizados para realização das aulas e das reuniões administrativas por videoconferência e o WhatsApp passou a ser utilizado nas atividades do trabalho por ter sido o meio de comunicação de contato mais rápido.

Baseando-se nestes fatos, o presente artigo tem como objetivo descrever a vivência de uma secretária executiva, servidora da instituição citada, diante do trabalho remoto emergencial imposto pela pandemia. Logo, o presente artigo constitui um relato de experiência de uma profissional em Secretariado Executivo frente aos desafios enfrentados no Trabalho Remoto Emergencial.

Aporte teórico

O presente artigo é um relato de experiência que se baseia na vivência de uma profissional, através dos desafios e expectativas frente ao trabalho remoto durante a pandemia da Covid-19. Conforme Vasconcelos (2022), o relato de experiência descreve e reflete a respeito de uma experiência ou vivência profissional na área de atuação do indivíduo, de maneira que possa contribuir à discussão e troca de ideias, sendo essa vivência exitosa ou não.

O relato de experiência foi desenvolvido por uma secretária executiva, servidora pública, na condição de chefe de gabinete da gestão de uma instituição federal de ensino do estado do RN, no período de março de 2020 a outubro de 2021, período no qual permaneceu em trabalho remoto. Trata-se do Campus Natal - Zona Norte do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, onde possui um total de 120 servidores, dentre técnicos-administrativos e docentes.

A instituição foi inaugurada em 2007, integra a 1ª fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Ministério da Educação e atende uma região que atualmente conta com mais de 370 mil habitantes, cuja economia se concentra nas atividades comerciais e de serviços de apoio urbano, com potencial para desenvolvimento do turismo e de arranjos produtivos locais.

Atualmente, atua na formação inicial e continuada de trabalhadores, na educação profissional técnica de nível médio, incluindo a modalidade de educação para jovens e adultos (EJA), e na educação profissional tecnológica de graduação. Fundamenta-se, para isso, na construção, reconstrução e transmissão do conhecimento, tendo eixos tecnológicos de Comércio, Indústria e Serviços como norteadores de suas atividades.

Com o pronunciamento da Organização Mundial de Saúde (OMS) que caracterizou a Covid-19 como uma pandemia em março de 2020, a escola teve que fechar suas portas em função da pandemia da Covid-19, a qual já estava se alastrando no Brasil, além das perdas já causadas pelo mundo. Deparar-se com mudanças impostas nem sempre é tão fácil de assimilá-las. E foi, exatamente, na tarde do dia 17 de março de 2020 que a vida da servidora mudou drasticamente, tendo que viver uma outra realidade na sua rotina de trabalho.

As aulas e as atividades administrativas foram suspensas, imediatamente. O estranhamento não foi apenas dela, mas também dos demais colegas de trabalho e dos estudantes, que achavam que a doença estava distante e não chegaria aos portões de sua escola. Todos achavam que seria algo passageiro, coisa de meses, mas a realidade foi outra. Foi então que se começou uma extensa discussão sobre o ensino e o trabalho remoto emergencial, pois o isolamento social se fez necessário.

Diante da pandemia e do trabalho remoto, a servidora teve que adaptar o seu ambiente doméstico para atender as demandas do Trabalho *home office*. O Trabalho Remoto é feito à distância, em qualquer local, usando as técnicas disponíveis de tecnologia da informação. O termo em inglês descrever esse tipo de trabalho que é realizado de maneira remota e eventual na residência do empregado (ARAÚJO; LUA, 2021).

Pouco mais de um mês após ter entrado no trabalho remoto, exatamente em 27 de abril de 2020, a profissional assumiu a chefia de gabinete da instituição, passando a exercer uma função de gestão que lhe demandaria novos conhecimentos pela frente e novas competências relacionadas ao cargo, mas que lhe traria muitos desafios pela frente por ter assumido frente a uma pandemia.

A necessidade de realizar reuniões com os gestores da instituição para a resolução de problemas, discussão de assuntos relacionados à pandemia e funcionamento das atividades era algo constante. A utilização de uma plataforma virtual unificada de comunicação e colaboração que combinou bate-papo, videoconferências, armazenamento de arquivos e integração de aplicativos, foi muito importante naquele momento, mas para dar conta dessa demanda de reuniões foi necessário adquirir um notebook, dispositivo móvel que facilitou muito o seu trabalho. O gasto financeiro foi inevitável!

Para realizar e facilitar as atividades diárias do trabalho, muitos servidores adotaram tecnologias móveis, como celulares, tablets e notebooks durante o trabalho remoto, principalmente os docentes, partindo do pressuposto de que tais dispositivos foram utilizados a fim de realizar atividades de ensino e aprendizagem. Com o uso acentuado da tecnologia, nunca foi tão importante que as pessoas apresentassem competência digital, pois ela está ligada a conhecimentos, habilidades, estratégias, capacidades específicas para utilizar as tecnologias digitais na aprendizagem escolar e no desenvolvimento de atividades profissionais (CARVALHO, 2021).

De uma forma geral, o trabalho remoto, não comprometeu as atividades da profissional de forma significativa, já que seu trabalho na maioria das vezes era com a utilização de sistemas e internet, mas a dificuldade de contato com os colegas de trabalho, foi algo que impactou muito nos seus afazeres, o que ocasionou muitas vezes lentidão na resolução de questões, que com o atendimento presencial e uso de telefones institucionais eram dirimidas de forma mais rápida.

Por outro lado, ela observou que o isolamento social teve grande impacto na sua vida, pois o contato com os colegas de trabalho não estava sendo possível e estar fora do ambiente de trabalho presencial foi algo que a afetou muito. Outra coisa, foi o fato dela não conseguir administrar o tempo, pois a liberdade de escolha quanto ao tempo dedicado ao trabalho e as demais tarefas, foi algo desafiador. No começo parecia fácil e não seria nada mal trabalhar no conforto do seu lar, mas, com o passar dos dias as dificuldades e os desafios foram se intensificando, pois ela se via trabalhando além das oito horas diárias. Com isso, foi se intensificando o cansaço, a pouca disposição para a execução das atividades diárias e a vontade de voltar ao trabalho presencial.

O convívio com familiares no ambiente doméstico não foi algo que ocasionou interrupções na sua rotina de trabalho, pois ela convivia apenas com o esposo e não tinha filhos. No entanto, ela observou que com alguns colegas que tinham filhos e conviviam com mais pessoas no ambiente doméstico, a situação foi bem diferente. Muitos não conseguiam conciliar suas tarefas profissionais, participavam de reuniões com um olho no filho e outro na discussão que estava acontecendo.

A servidora não teve diagnóstico de Covid-19 durante o período pandêmico. Porém, ao analisar sua individualidade, teve manifestações físicas e psicológicas ocasionadas pelo isolamento social e pela tensão pandêmica, as quais nunca havia experimentado. A diminuição nos níveis de atividade física diária bem como diminuição do lazer e do contato humano, foram os grandes responsáveis por tais manifestações.

Por ser servidora pública, a profissional não sofreu com impactos financeiros, diferente dos trabalhadores do regime CLT e autônomos que passaram por grandes dificuldades financeiras com as restrições impostas pelo isolamento social, ao ponto de perderem seus empregos e terem seus salários diminuídos.

Este relato evidencia que o trabalho remoto durante a pandemia teve aspectos positivos e negativos na vivência dessa profissional, mas que serviu de experiência para qualquer dificuldade que venha a ser enfrentada, seja por uma pandemia ou não.

Considerações finais

O trabalho remoto imposto pelo período pandêmico representou um desafio profissional, pois com imposição do isolamento social, ninguém estava preparado para o trabalho no convívio doméstico e familiar. Fomos levados a repentina adaptação da rotina de trabalho presencial para o trabalho remoto dentro de casa. Estar fora do convívio presencial, enfrentando as dificuldades no ambiente doméstico tendo que conciliar trabalho e família não foi fácil.

Neste relato de experiência, buscou-se a reflexão sobre o uso de tecnologias móveis no período do trabalho remoto imposto pela pandemia, em que, para muitos profissionais, foi a única forma de se poder ter acesso as atividades diárias de trabalho. Um dos pontos mais sensíveis neste período foi a transição do trabalho presencial para o trabalho remoto mediado pelas tecnologias. Mesmo sem saber como utilizar tais aparatos, os envolvidos perceberam a urgência de aprender a operá-los em consonância com metodologias, que fossem atrativas e visassem à realização das atividades.

Destacou-se a possibilidade de utilização das tecnologias móveis, como os celulares, *smartphones*, *tablets*, *notebooks*, principalmente na utilização das plataformas digitais, destacando a utilizadas para os momentos de reuniões, em que era necessário se reunir para as discussões de problemas enfrentados durante a pandemia. Ressalta-se, portanto, que, por meio destes aparelhos, houve o aproveitamento do trabalho, em qualquer local e horário.

Foi evidenciada, ainda, a questão da administração do tempo, de saber conciliar o tempo do trabalho com o tempo dos afazeres domésticos, assim como, a relação trabalho-família dentro de casa. O trabalho remoto tem aspectos positivos e negativos e demonstrou ser uma atividade eficaz para garantir a continuidade do processo de trabalho em tempos de pandemia. Hoje se discute a questão do teletrabalho após o período pandêmico e muitas empresas já aderiram a essa forma de trabalho.

O trabalho remoto trouxe aspectos positivos para a realização de diversas atividades, permitindo o gerenciamento do trabalho com flexibilidade, o que contribuiu para a melhor conciliação entre trabalho profissional e a vida familiar. Também, reduziu o tempo de transporte trabalho-casa, mas trouxe também aspectos negativos, como diminuição de atividades físicas, problemas psicológicos em detrimento ao isolamento social, chegando até a depressão. Lembrando que os aspectos positivos e negativos não foram comuns a todos os indivíduos. A nossa vivência foi alinhada aos resultados trazidos entre a vida familiar e o trabalho profissional.

Com a pandemia o trabalho remoto passou a ser implementado em instituições em que o *home office* não existia. No entanto, é possível cogitar que o contato com essa nova forma de trabalho, que permite flexibilidade de horários, por exemplo, possa vir a se tornar futuramente atividades já pré-estabelecidas nas empresas e instituições de ensino, constituindo jornadas parciais ou integrais, em dias alternativos durante a semana.

Os profissionais foram levados a adaptar o desenvolvimento de todas as atividades para o formato online, o que permitiu o exercício de novas competências, como a cooperação, participação, responsabilidade, assiduidade e capacidade decisória. Além disso trouxe novas reflexões sobre o trabalho em equipe, interatividade e troca de conhecimento.

O desenvolvimento do trabalho remoto durante o isolamento social proporcionou experiências enriquecedoras para os profissionais. O contexto demandou adaptação às novas estratégias de aprendizagem com vistas à produção de conhecimento por meio do uso de ferramentas tecnológicas, com o intuito de promover a comunicação e o desenvolvimento das atividades.

Portanto, o trabalho remoto frente a uma pandemia ocasionou uma transformação na sociedade. Assim sendo, os profissionais de qualquer área, devem se aperfeiçoar cada vez mais, para que diante de qualquer situação de dificuldade tenham ferramentas acessórias para contribuir para a melhoria da realidade vivenciada, frente a uma nova pandemia, caso ocorra. A experiência vivenciada durante o período pandêmico vai ficar marcado na vida de todos.

Referências

- AFONSO, L. R.; MENEZES, C. P. S. R.; SALES, T. B.; FREITAS, M. M. L.; SANTOS, J. G. S.; NOBRE, M. S. Implicações na continuidade do tratamento de doenças hematológicas durante a pandemia de COVID-19. **Saúde Coletiva**, v.10, n. 56, p. 3292–3301, 2020. Disponível em: <https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/913>. Acesso em 19 ago. 2023.
- ARAÚJO, T. M.; LUA, I. O trabalho mudou-se para casa: trabalho remoto no contexto da pandemia de COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, n. 1, p. 1- 11, maio, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000030720>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/LQnfJLrjgrSDKkTNyVfgnQy/?lang=pt>. Acesso em 19 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual para avaliação e manejo de condições pós-covid na atenção primária à saúde**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Brasília, 2022.
- CARVALHO, C. R. As tecnologias móveis no cenário educacional da pandemia de covid-19. **Revista Contrapontos**, v. 21, n. 1, p. 53-67, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v21n1.p53-67>. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/17667>. Acesso em 19 ago. 2023.
- INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RN. **Plano de Contingência do Campus Natal-Zona Norte para enfrentamento do novo coronavírus**. Natal, 2 ed., 2021.
- MENDES, M. B. S.; VARANO, N.; OLIVEIRA, B. M.; CARRILHO, A. J. F. P.; GONÇALVES, A. A. S.; REIS, T. G.; REZENDE, C. F. S.; CUNHA, C. M.; MELLADO, B. H. Vivências do

trabalho remoto na pandemia do Coronavírus. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 16, e254101623896, 2021. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/23896/20912/284747>. Acesso em 19 ago. 2023.

MIRANDA, J. L.; RIBEIRO, H. S.; BATISTA, P. F.; SANGUINETE, T. A. A.; HANAUER, O. F. D. Vivências e experiências sobre a Covid-19 durante o Ensino Remoto Emergencial na Pós-Graduação em Ensino em Saúde. *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas*, n. 19, Ano X, maio, 2021. Disponível em:

<http://site.ufvjm.edu.br/revistamultidisciplinar/files/2021/05/Jo%C3%A3o.pdf>. Acesso em 19 ago. 2023.

SANTOS, C. M.; PAES, G. O. A gestão do cuidado de enfermagem frente à pandemia coronavírus: um relato de experiência. *Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde*, v. 10, n. 3, e202137, out-dez. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1358253>.

Acesso em 19 ago. 2023.

VASCONCELOS, I. **Relato de experiência**: o que é e como escrever com exemplos. In: Acadêmico. Site Tua Carreira, 2022. Disponível em: <https://www.tuacarreira.com/relato-de-experiencia/>. Acesso em 19 ago. 2023.

UM ESTUDO SOBRE A REALIDADE DO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SAÚDE EM ESTABELECIMENTOS DE ODONTOLOGIA NO BRASIL

Adelmária Cordeiro de Sena⁸

Alexandre Gomes Maia⁹

Rômulo Andrade de Souza Neto¹⁰

Resumo

Os resíduos produzidos pelos serviços de saúde são uma parte dos resíduos sólidos urbanos e podem causar sérios danos à saúde dos profissionais, da população e ao meio ambiente. No Brasil, todos os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, incluindo os serviços odontológicos, devem apresentar um plano que descreve e orienta o manejo, o tratamento e a destinação final dada aos resíduos de saúde produzidos, chamado de Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS). Esse estudo faz uma abordagem qualitativa e descritiva através de uma revisão sistemática da literatura, considerando estudos publicados entre 2010 e 2023, na plataforma de produção científica CAPES, buscando avaliar o nível de conhecimento e implementação das normas e legislação pertinentes ao Gerenciamento de Resíduos de Saúde (GRSS) por profissionais e estabelecimentos prestadores de serviços odontológicos no Brasil, onde foi possível constatar, com uma certa frequência, o desconhecimento e a negligência na execução de diversas etapas do processo, bem como a ausência de PGRSS, mostrando a necessidade de implementação de políticas públicas para conscientização e também capacitação de todos os agentes envolvidos e uma maior fiscalização pelos órgãos competentes.

Palavras-chave: Gerenciamento; Resíduos; Odontológicos.

Abstract

The waste produced by health services is part of solid urban waste and can cause serious damage to the health of professionals, the population and the environment. In Brazil, all establishments providing health services, including dental services, must present a plan that describes and guides the handling, treatment and final destination given to the health waste produced, called the Service Waste Management Plan of Health (PGRSS). This study takes a qualitative and descriptive approach through a systematic literature review, considering studies published between 2010 and 2023, on the CAPES scientific production platform, seeking to assess the level of knowledge and implementation of norms and legislation relevant to Health Waste Management (GRSS) by professionals and establishments providing dental services in Brazil, where it was possible to verify, with a certain frequency, the lack of knowledge and negligence in the execution of several stages of the process, as well as the absence of PGRSS, showing the need to implement public policies for awareness and also training of all agents involved and greater inspection by the competent bodies.

Keywords: Management; Waste; Dental.

⁸ Graduação em Farmácia (UFRN). Especialização em Acupuntura Clínica (IMES). Mestranda em Administração (UNP). E-mail: adelma.sena@gmail.com

⁹ Graduação em Odontologia (UFRN). Especialização em Endodontia (UFRN). Mestrando em Administração (UNP). E-mail: alexandregomesmaia@gmail.com

¹⁰ Graduação em Administração (UFRN). Mestrado em Administração (UFRN). Doutorado em Administração (UFRN). E-mail: romulo.neto@animaeducacao.com.br

Um convite ao tema

A quantidade de resíduos sólidos urbanos gerada no mundo durante um ano é estimada em mais de dois bilhões de toneladas e deve chegar a 3,40 bilhões no ano 2050, significando um aumento expressivo de quase 70% (KAZA *et al.*, 2018), sendo que uma parcela significativa desses resíduos é resultante de estabelecimentos que prestam serviços de saúde. Segundo a RDC Anvisa N° 222 de 28 de março de 2018, os resíduos de serviços de saúde (RSS) são resíduos sólidos urbanos gerados por estabelecimentos prestadores de serviços relacionados à saúde humana e animal, como hospitais, clínicas ou consultórios médicos, veterinários e odontológicos, farmácias, ambulatórios, postos de saúde, laboratório de análises clínicas, laboratórios de análises de alimento, laboratórios de pesquisa, empresas de biotecnologia, casas de repouso e casas funerárias (SCHNEIDER, 2004).

Segundo Ramos *et al.* (2011), os RSS são uma parcela importante dos resíduos sólidos urbanos, não devido a quantidade gerada, mas pelo risco laboral e socioambiental que representam, podendo causar contaminação do solo, rios, lençol freático, problemas a saúde humana e animal.

De acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC N° 222/2018, os resíduos de serviços de saúde são aqueles gerados pelas atividades relacionadas com a saúde humana ou animal, e estão divididos em cinco grupos, onde no grupo A estão os resíduos potencialmente infectantes, no grupo B os resíduos químicos com periculosidade à saúde pública ou ao meio ambiente, no grupo C estão incluídos os rejeitos radioativos, no grupo D os resíduos comuns e no grupo E os resíduos perfurocortantes. Cada grupo é representado por um símbolo como mostrado na Figura 1.

Figura 1. Classificação dos resíduos de serviços de saúde.

				
GRUPO A Risco Biológico	GRUPO B Risco Químico	GRUPO C Rejeitos Radioativos	GRUPO D Lixo Comum Reciclável Possui sua classificação própria.	GRUPO E Materiais Perfurocortantes

Fonte: Adaptado de Anvisa (2018).

Diante disso, afirma-se que os estabelecimentos geradores devem realizar o correto gerenciamento dos RSS, planejando e implementando procedimentos com embasamento técnico, científico, normativo e legal, objetivando a minimização da geração de resíduos e sua manipulação segura e eficiente visando à proteção dos trabalhadores, à preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente (FERNANDES *et al.*, 2019).

Souto e Magalhães (2013) mencionam a Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), que determina o cumprimento da legislação ambiental por empresas e indústrias, visando garantir a manutenção de um ambiente sadio e equilibrado, e que ao órgão ambiental cabe a fiscalização e orientação para o correto gerenciamento dos resíduos sólidos. No Brasil, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) respondem pela normatização e regulamentação que trata sobre a questão dos resíduos de serviços de saúde. Atualmente, a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC N° 222/2018, trata das Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde, orientando sobre a gestão, planejamento e implementação de procedimentos relacionados (ANVISA, 2018).

De acordo com a Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC N° 222/2018, em seu artigo 5º., todos os estabelecimentos que geram resíduos de saúde são obrigados a apresentar um Plano de Gerenciamento de RSS (PGRSS), que descreve e orienta o manejo e tratamento desses resíduos, devendo ser elaborado por um profissional de nível superior, com os conhecimentos necessários e tenha registro ativo junto ao seu Conselho de Classe (ANVISA, 2018). O PGRSS deve seguir as regulamentações e ser formulado e implementado considerando as características particulares de cada estabelecimento e contemplar alternativas de gerenciamento que sejam viáveis (SILVEIRA; ZANCHIN, 2017).

Os estabelecimentos que prestam serviços de Odontologia produzem uma variedade considerável de resíduos de saúde capazes de causar danos sanitários e socioambientais que, segundo a classificação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução N° 358/2005, se enquadram nos grupos A, B, D e E (BRASIL, 2005; ANVISA, 2018), devendo ser gerenciados levando em consideração o volume e suas características e seguir rigorosamente a legislação pertinente, implementando os princípios que regem as boas práticas no manuseio desses resíduos, protegendo os trabalhadores, a coletividade, o meio ambiente, e evitando multas e interdições.

Portanto, no Brasil, todos os estabelecimentos prestadores de serviços odontológicos também são obrigados, como manda a lei, a elaborar o PGRSS, que deve ser seguido rigorosamente por toda a equipe de profissionais de saúde bucal e pelos responsáveis pela limpeza, acondicionamento, transporte e destinação final desses resíduos (CONAMA, 2005).

Com o propósito de conhecer a realidade do Gerenciamento de Resíduos de Saúde nos estabelecimentos prestadores de serviços odontológicos no Brasil, esse estudo faz uma abordagem qualitativa e descritiva através de uma revisão sistemática da literatura, considerando estudos publicados entre 2010 e 2023, utilizando como fonte de pesquisa a plataforma de produção científica CAPES, buscando avaliar o nível de implementação das normas e legislação pertinentes ao Gerenciamento de Resíduos de Saúde (GRSS) em estabelecimentos prestadores de serviços odontológicos no Brasil, onde foi observado o despreparo e a falta de conhecimento por parte de muitos dos profissionais envolvidos nas diversas etapas do processo bem como a ocorrência de negligência relacionada a elaboração e implementação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS). Isso mostra a necessidade de um trabalho de conscientização profissional e uma maior fiscalização pelos órgãos competentes.

Desenho metodológico

O presente estudo apresenta uma abordagem qualitativa com caráter descritivo, em que foi realizada uma pesquisa sobre a prática do gerenciamento de resíduos de saúde em estabelecimentos de odontologia através de uma revisão sistemática da literatura, utilizando a plataforma de produção científica CAPES, entre os anos de 2010 e 2023, buscando artigos relacionados ao tema. Para a seleção dos estudos, foi considerado apenas o título como campo de pesquisa, utilizando as seguintes combinações de descritores: gerenciamento + resíduos + odontológicos. Após o descarte de duplicações e de conteúdos que não abordavam o assunto de interesse, foram selecionados os artigos que realmente poderiam contribuir com a pesquisa.

Após a leitura e análise dos artigos selecionados, foi possível se chegar a um diagnóstico situacional sobre o conhecimento e aplicação das normas e legislações referentes ao gerenciamento de resíduos de saúde em estabelecimentos odontológicos no Brasil, chegando a considerações e proposições.

Cabe ressaltar, ainda, que as revisões sistemáticas da literatura são utilizadas para o desenvolvimento de estudos críticos, que abordam e sintetizam conhecimento em um campo específico, constatando problemas em pesquisas primárias, elaborando e discutindo teorias sobre fenômenos, gerando e agregando conhecimento e valor aos usuários, de forma clara, completa e precisa quanto a sua finalidade, a seleção e caracterização dos estudos (PAGE, 2023).

O presente estudo filtrou artigos na literatura objetivando avaliar a implementação das normas e legislação pertinentes ao Gerenciamento de Resíduos de Saúde (GRSS) em estabelecimentos odontológicos no Brasil, desde a sua produção, até a destinação final, possibilitando um diagnóstico situacional, evidenciando a necessidade de ações visando uma maior conscientização e objetivando a aplicação da regulamentação e legislação vigente.

Resultados e discussão

A pesquisa foi realizada na plataforma de produção científica CAPES, onde foram relacionados a princípio vinte artigos, sendo que três estavam repetidos e oito não abordavam o assunto pertinente à pesquisa, resultando na seleção de nove artigos sobre gerenciamento de resíduos de saúde odontológicos (Quadro 1), que se enquadram nos critérios estabelecidos. Quanto ao idioma, todos os artigos relacionados foram publicados em português.

Os artigos selecionados abordam estudos relacionados ao conhecimento e aplicação das normas e legislação sobre o gerenciamento de resíduos de saúde em estabelecimentos que prestam serviços odontológicos, ressaltando a periculosidade desses resíduos para a sociedade e para o meio ambiente.

A leitura dos trabalhos, por sua vez, permitiu o aprofundamento na problemática relacionada aos resíduos de saúde nos estabelecimentos de odontologia, mostrando que o processo de gerenciamento desses resíduos envolve não apenas os trabalhadores e gestores, mas também o poder público e a sociedade como um todo. Por fim, possibilitou a obtenção de uma perspectiva sobre a realidade brasileira relacionada ao conhecimento e aplicação das normas e legislação referente ao gerenciamento de resíduos de saúde pelos estabelecimentos prestadores de serviços odontológicos.

Quadro 1. Embasamento teórico.

Título-Autor	Instituição
SILVA JÚNIOR, P. F. M. A relação entre os profissionais da área odontológica e o plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Tempus – Actas de Saúde Coletiva , v. 14, n. 1, p. 209-224, 3 jul. 2020. Disponível em: https://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1774 . Acesso em: 17 ago. 2023.	Fundação Oswaldo Cruz
STEDILE, N. L. R.; SCHNEIDER, V. E.; NUNES, M. W. KAPPES, A. C. A aplicação do modelo FPSEEA no gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. Ciência & Saúde Coletiva , v. 23, p. 3683-3694, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/jD3tRzjfNC4T9hFWXxRpjKN/# . Acesso em: 17 ago. 2023.	ABRASCO - Associação Brasileira de Saúde Coletiva - RJ
SOUTO, L.; MAGALHÃES, S. C. M. Análise do manejo dos resíduos sólidos de saúde no município de Bocaiúva/MG. Revista Cerrados , v. 11, n. 01, p. 38-51, 2013. Disponível em: https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/3024 . Acesso em: 17 ago. 2023.	Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES - MG
BISOGNIN, R. P.; SOUZA, E. L.; SILVA, D. M.; BOHRER, R. E. G. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde em consultórios odontológicos de três passos/rs. Revista de Estudos Ambientais , v. 20, n. 2, p. 49-61, 2019. Disponível em: https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rea/article/view/7035 . Acesso em: 17 ago. 2023.	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

OLIVEIRA, M. C.; MOREIRA, A. C. A. Gerenciamento dos resíduos produzidos em consultórios odontológicos de Salvador, Bahia. Revista de Ciências Médicas e Biológicas , v. 11, n. 2, p. 194–200, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.9771/cmbio.v11i2.6684 . Acesso em: 17 ago. 2023.	Universidade Federal da Bahia – BA
SAMPAIO, L. L.; AGRA FILHO, S. S. Gerenciamento de resíduos de películas de chumbo de serviços odontológicos em Salvador, Bahia. Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais , v. 2, n. 1, p. 163-171, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/gesta/article/view/9942 . Acesso em: 17 ago. 2023.	Universidade Federal da Bahia – BA
KOCH, B.; SIEGLOCH, A. E.; AGOSTINETTO, L. Gerenciamento de resíduos de serviço de saúde pelos cirurgiões-dentistas no Planalto Serrano Catarinense. Interações (Campo Grande) , v. 23, p. 959-977, 2023. Disponível em: https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3597 . Acesso em: 17 ago. 2023.	Universidade Católica Dom Bosco - Campo Grande - MS
GARBIN, A. J. I.; GOMES, A. M. P.; ARCIERI, R. M.; ROVIDA, T. A. S.; GARBIN, C. A. S. Sustentabilidade ambiental: gerenciamento de resíduos odontológicos no Serviço Público. Revista de Odontologia da UNESP , v. 43, n. Especial, p. 0-0, 2014. Disponível em: https://www.revodontolunesp.com.br/journal/rou/article/588019ae7f8c9d0a098b52a2 . Acesso em: 17 ago. 2023.	Faculdade de Odontologia de Araçatuba - Universidade Estadual Paulista (UNESP)
GRIGOLETTO, J. C.; OLIVEIRA, A. S.; MUÑOZ, S. I. S.; ALBERGUINI, L. B. A.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Exposição ocupacional por uso de mercúrio em odontologia: uma revisão bibliográfica. Ciência & Saúde Coletiva , v. 13, p. 533-542, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/csc/a/hD4MCXz7jBzLgq4JXMwrg/?format=pdf&lang=pt . Acesso em: 17 ago. 2023.	Universidade de São Paulo - USP

Fonte: Elaboração própria, 2023.

Nesta perspectiva, é válido mencionar que a terceira revolução industrial, iniciada no ano de 1950, trouxe com ela uma realidade preocupante e ameaçadora, caracterizada pelo aumento de consumo aliado às atividades humanas, o que ocasionou, conseqüentemente, o aumento da produção de lixo em uma proporção cada vez maior. O acúmulo desse lixo, também conhecido como resíduos sólidos urbanos, caso não receba o tratamento da maneira correta e sejam encaminhados a um destino adequado, pode ocasionar graves agressões socioambientais e de saúde pública (SOUTO; MAGALHÃES, 2013).

Os Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) representam uma parcela importante dos resíduos sólidos urbanos e são resultantes de atividades desenvolvidas em hospitais, clínicas médicas e odontológicas, clínicas veterinárias, enfermarias, laboratórios de análises clínicas, farmácias, etc., sendo constituído por materiais que representam algum risco de contaminação por agentes patogênicos, como seringas, agulhas, curativos e outros (SOUTO; MAGALHÃES, 2013).

Segundo Garbin (2014), os RSS apresentam potencial risco em duas situações distintas: para a saúde ocupacional de quem manipula esse tipo de resíduo, desde o profissional gerador, ao pessoal ligado ao setor de limpeza e manutenção, e para o meio ambiente, decorrente da destinação inadequada dos resíduos.

Outro problema relacionado ao gerenciamento inadequado de resíduos, é proporcionado por falhas no processo minimização e segregação, resultando em um aumento no volume de material e conseqüentemente maior custo financeiro para os estabelecimentos geradores (KOCH *et al.*, 2023).

Manejar os RSS envolve o seu gerenciamento tanto no ambiente interno, como no externo do estabelecimento de saúde, constituindo um conjunto de procedimentos planejados e implementados a partir de bases científicas e técnicas, normativas e legais, sempre objetivando a minimização da produção e o encaminhamento seguro dos resíduos gerados, visando proteger a saúde dos trabalhadores, da sociedade, dos recursos naturais e do meio ambiente (OLIVEIRA; MOREIRA, 2012).

O gerenciamento envolve a segregação e manuseio a partir das fontes geradoras, acondicionamento, coleta, transporte interno e externo, tratamento, higienização, armazenamento dos resíduos e finalmente a disposição final adequada dos resíduos sólidos dos serviços de saúde. Também a capacitação e segurança ocupacional de todos os agentes envolvidos (SAMPAIO; AGRA FILHO, 2014).

Os estabelecimentos que prestam serviços de Odontologia são responsáveis pela geração de uma variedade considerável de resíduos perigosos, e também devem ser gerenciados de maneira adequada para evitar riscos de contaminação, seguindo o que consta na resolução do CONAMA nº 358/2005 (BRASIL, 2005) e na RDC nº 306/2004 da ANVISA, pois esses resíduos podem acarretar danos sanitários, sociais e ambientais. Por conseguinte, dispositivos legais são necessários para fundamentar e legitimar o adequado gerenciamento dos resíduos odontológicos, e, ao mesmo tempo, evitar comportamentos imperitos, imprudentes e negligentes por parte dos profissionais da área (SILVA JÚNIOR, 2020).

Dessa forma, todos os estabelecimentos odontológicos a serem implantados ou já em operação no Brasil, são obrigados a elaborar um plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, que deve ser elaborado e colocado em prática pelos seus responsáveis legais de acordo com a legislação vigente e baseado nos princípios da minimização e não geração de resíduos (SAMPAIO; AGRA FILHO, 2014).

O PGRSS irá descrever todo o processo, e servirá para nortear os profissionais e proteger sua saúde e de seus auxiliares e pacientes (KOCK *et al.*, 2023). Segundo Stedile *et al.* (2018), para auxiliar na elaboração do PGRSS, o Ministério da Saúde recomenda um modelo proposto pela Organização Mundial da Saúde chamado de FPSEEA que utiliza indicadores de saúde ambiental, levando em consideração os seguintes elementos: Força Motriz, Pressão, Situação, Exposição, Efeito e Ações. O modelo permite visualizar e analisar o contexto onde os resíduos são gerados, propondo indicadores e ações para obtenção dos resultados desejados.

Porém, no Brasil, alguns estudos mostram uma realidade distante do que seria o ideal desejado. Como evidenciado no estudo de Longhi *et al.* (2019), que identificou a inexistência do PGRSS em 25% dos consultórios odontológicos de Três Passos/RS, e Kock *et al.* (2023) em um estudo com Cirurgiões-dentistas de estabelecimentos públicos e privados, entre dezembro de 2020 e março de 2021, identificou que 29,17% dos profissionais participantes desconheciam a maneira correta de descarte de RSS, 47,92% não tinham conhecimento sobre o PGRSS, e 77,08% afirmaram não serem capacitados para o correto gerenciamento de RSS, demonstrando que uma parcela considerável desses profissionais não realiza o manejo adequado dos RSS de acordo com o que preconiza a normas e legislação pertinente. De modo geral, esta pesquisa apontou que ainda há deficiência no processo de gerenciamento de RSS nos estabelecimentos odontológicos, bem como há carência no conhecimento, uso e na implementação do PGRSS, especialmente no setor público.

Silva Júnior (2020), em uma revisão da literatura onde buscou trabalhos publicados entre os anos de 2003 a 2015 - que abordavam o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde em estabelecimentos odontológicos, não perceberam otimismo por parte dos autores quanto a prática adequada de gerenciamento desses resíduos pelos agentes responsáveis, o que foi confirmado por Oliveira e Moreira (2012), em um estudo com 68 profissionais de clínicas e consultórios particulares de odontologia em Salvador – Bahia, em que concluíram que o conhecimento e a conduta dos cirurgiões-dentistas entrevistados quanto ao gerenciamento dos resíduos produzidos em seus estabelecimentos ainda seriam insuficientes e insatisfatórios e que muitos profissionais desconheciam ou não possuíam o PGRSS.

Garbin *et al.* (2014) em seu estudo realizado nas UBS de 11 municípios do noroeste do estado de São Paulo, no ano de 2013, revelou que, apesar da consciência demonstrada pelos profissionais a respeito da necessidade de cuidados especiais com os resíduos de saúde, desde a geração até a sua destinação final, os seus conhecimentos sobre essa temática abordada seria insatisfatória, demonstrando a falta de capacitação dos profissionais da Odontologia sobre gerenciamento de resíduos de serviço de saúde, sendo esta a principal dificuldade apontada pelo estudo para o adequado gerenciamento deles.

Estabelecimentos odontológicos são responsáveis pela produção de alguns resíduos específico onde se destaca o mercúrio, um metal presente em restaurações realizadas com um material conhecido como amálgama e o chumbo, outro metal tóxico presente em filmes radiográficos. Grigoletto *et al.* (2018) observaram que cerca de 55% do amálgama é descartado como lixo comum, e que esse material seria uma das principais fontes de exposição ocupacional ao mercúrio. Em outro estudo, realizado por Sampaio e Agra filho (2014), em estabelecimentos odontológicos públicos e privados em Salvador/BA, encontrou-se resultados desanimadores quanto ao destino dado aos resíduos de chumbo, descartados de maneira equivocada no lixo urbano comum.

A realidade constatada ao ler os artigos relacionados no presente estudo mostra que grande parte dos estabelecimentos que prestam serviços de odontologia ainda não estão cumprindo com as normas e legislação referentes ao gerenciamento de resíduos de saúde. Essa negligência se deve à falta de conhecimento e ou conscientização dos agentes envolvidos, e preocupa pela gravidade das consequências socioambientais, bem como pelo risco a saúde administrativa e financeira do próprio estabelecimento, seja ele público ou privado, profissional autônomo ou empresa jurídica.

Assim, fica clara a necessidade de capacitação e conscientização de profissionais e graduandos nas áreas de saúde sobre biossegurança relacionada ao descarte de resíduos de saúde, e também de uma fiscalização mais rigorosa por parte dos órgãos ambientais competentes (OLIVEIRA; MOREIRA, 2012).

No estudo realizado por Grigoletto *et al.* (2018), por conseguinte, os autores indicam trabalhos educativos para conscientizar profissionais de odontologia sobre os riscos do gerenciamento inadequado de RSS, bem como o monitoramento e controle dos estabelecimentos geradores desses resíduos, colaborando com a minimização da contaminação laboral, ambiental e da sociedade, através dos resíduos despejados na rede de esgoto e emanados no ar.

Deste modo, considera-se que é imprescindível que os órgãos competentes criem mecanismos de controle que contemplem todas as etapas do processo de gestão desse serviço, ou seja, desde a geração até o destino final dos resíduos sólidos de saúde gerados na cidade (SOUTO; MAGALHÃES, 2013).

No Brasil, a regulamentação e a legislação responsabilizam os produtores desses resíduos pelo seu gerenciamento, que respondem objetivamente por seus atos, independentemente de comprovação de culpa, sendo uma boa alternativa a contratação de forma coletiva de empresas privadas para o gerenciamento dos resíduos de saúde e a realização de ações de educação ambiental com responsabilização conjunta dos estabelecimentos privados e do Estado (SILVA JÚNIOR, 2020).

A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) ressalta que todos tem direito a saúde e é dever do Estado prover esse acesso. Portanto, todos têm direito a um meio ambiente saudável, tendo o Poder Público e a coletividade a obrigação de preservá-lo para as atuais e futuras gerações. Políticas públicas de conscientização devem ser sempre realizadas para a aplicação das diretrizes técnicas e legais que regem as boas práticas de gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde no Brasil (SILVA JÚNIOR, 2020).

A ação conjunta de profissionais e gestores de saúde é, pois, indispensável para a preservação do meio ambiente e promoção da qualidade de vida, com ações focadas na prevenção, propiciando melhores condições de trabalho, estudo, crescimento e desenvolvimento profissional e da comunidade, protegendo a coletividades (STEDILE *et al.*, 2018).

Considerações finais

Crescer com sustentabilidade e em harmonia com o meio ambiente se tornou um dos maiores desafios para a humanidade, pois esse crescimento é acompanhado pelo aumento da atividade e do consumo levando à uma produção cada vez maior de resíduos urbanos, sendo uma parte considerável desses resíduos produzidos por estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, que se não forem corretamente gerenciados, seu potencial infeccioso e contaminante pode proporcionar graves danos à saúde humana e ambiental.

O presente estudo buscou, através de uma revisão sistemática da literatura, fazer uma análise situacional do conhecimento e prática das normas e legislação pertinentes ao gerenciamento de resíduos de saúde realizado nos estabelecimentos que prestam serviço odontológico no Brasil, sendo estes públicos ou privados, profissionais autônomos ou pessoa jurídica.

A leitura dos estudos selecionados deixa claro que, ainda persiste um desconhecimento e também uma negligência preocupante relacionada às normas e legislação referentes ao processo de gerenciamento dos resíduos de saúde pelos estabelecimentos odontológicos, mostrando a necessidade urgente de campanhas públicas de conscientização e treinamento de todos os agentes envolvidos e a importância da elaboração do plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (PGRSS) para o ambiente interno e externo do estabelecimento, ressaltando os riscos laborais e socioambientais quando este não é implementado.

Além disso, é pertinente afirmar que os resíduos de serviços de saúde odontológicos constituem um risco para o bem-estar social e para o meio ambiente. Existe, ainda, um desconhecimento e negligência preocupante dos profissionais e estabelecimentos prestadores de serviços odontológicos com relação às normas e legislação pertinente ao gerenciamento de resíduos de saúde.

Os estabelecimentos e profissionais prestadores de serviços odontológicos devem priorizar ações relacionadas à capacitação e conscientização da importância do correto gerenciamento dos resíduos produzidos, devendo também elaborar e implantar o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Não menos importante é dedicar maior tempo durante os cursos de formação profissional ao ensino das boas práticas relacionadas ao gerenciamento dos resíduos de saúde.

Políticas públicas mais agressivas, específicas e direcionadas ao esclarecimento e conscientização sobre a importância da correta destinação dos resíduos de saúde, devem ser implementadas nos estabelecimentos geradores, bem como uma maior fiscalização e penalização para todos os estabelecimentos que descumprirem a legislação pertinente.

Referências

- AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). **RDC N° 222/2018 comentada**. Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) N°. 222, de 28 de março de 2018, regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e Dá outras Providências. 2018. Disponível em: <http://antigo.anvisa.gov.br/documents/33852/271855/RDC+222+de+Mar%C3%A7o+de+2018+COMENTADA/edd85795-17a2-4e1e-99ac-df6bad1e00ce?version=1.0>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Resolução CONAMA n° 358, de 29 de abril de 2005. Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 2005. Disponível em: <http://www.siam.mg.gov.br/sla/download.pdf?idNorma=5046>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 17 ago. 2023.
- FERNANDES, L. J.; SILVA, M. H. C.; BARTOLE, M. C. S.; SOUSA, C. O. FARIA, D. R. G.; MACEDO, L. L. Biossegurança e gerenciamento de resíduos clínicos do curso de graduação em odontologia do UNIFESO: um projeto multidisciplinar de saúde humana e ambiental. **Revista da JOPIC**, v. 2, n. 4, 2019. Disponível em: <https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/jopic/article/view/943>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- GARBIN, A. J. I.; GOMES, A. M. P.; ARCIERI, R. M.; ROVIDA, T. A. S.; GARBIN, C. A. S. Sustentabilidade ambiental: gerenciamento de resíduos odontológicos no Serviço Público. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 43, n. Especial, p. 0-0, 2014. Disponível em: <https://www.revodontolunesp.com.br/journal/rou/article/588019ae7f8c9d0a098b52a2>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- GRIGOLETTO, J. C.; OLIVEIRA, A. S.; MUÑOZ, S. I. S.; ALBERGUINI, L. B. A.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Exposição ocupacional por uso de mercúrio em odontologia: uma revisão bibliográfica. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 533-542, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/hD4MCXzbj7jBzLgq4JXMwrg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- KAZA, S. *et al.* **Que desperdício 2.0**: um instantâneo global da gestão de resíduos sólidos até 2050. Publicações do Banco Mundial, 2018.
- KOCH, B.; SIEGLOCH, A. E.; AGOSTINETTO, L. Gerenciamento de resíduos de serviço de saúde pelos cirurgiões-dentistas no Planalto Serrano Catarinense. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, p. 959-977, 2023. Disponível em: <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/3597>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- BISOGNIN, R. P.; SOUZA, E. L.; SILVA, D. M.; BOHRER, R. E. G. Gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde em consultórios odontológicos de três passos/rs. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 20, n. 2, p. 49-61, 2019. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rea/article/view/7035>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- OLIVEIRA, M. C.; MOREIRA, A. C. A. Gerenciamento dos resíduos produzidos em consultórios odontológicos de Salvador, Bahia. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 11, n. 2, p. 194-200, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cmbio.v11i2.6684>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- PAGE, M. J. *et al.* A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 46, p. e112, 2023. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9798848/>. Acesso em: 17 ago. 2023.
- RAMOS, Y. S.; PESSOA, Q.; RAMOS, Y. S.; ARAÚJO NETTO, F. B.; PESSOA, C. E. Q. Vulnerabilidade no manejo dos resíduos de serviços de saúde de João Pessoa (PB, Brasil). **Ciência**

& Saúde Coletiva, v. 16, p. 3553-3560, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/f7nDSb4xqrCMbjdyrD9sqwR/#>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SAMPAIO, L. L.; AGRA FILHO, S. S. Gerenciamento de resíduos de películas de chumbo de serviços odontológicos em Salvador, Bahia. **Revista Eletrônica de Gestão e Tecnologias Ambientais**, v. 2, n. 1, p. 163-171, 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/gesta/article/view/9942>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SCHNEIDER, V. E. (org). **Manual de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde**. Caxias de Sul (RS): Editoria da Universidade de Caxias do Sul – Educs. 2 ed., 2004.

SILVA JÚNIOR, P. F. M. A relação entre os profissionais da área odontológica e o plano de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. **Tempus** – Actas de Saúde Coletiva, v. 14, n. 1, p. 209-224, 3 jul. 2020. Disponível em:

<https://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1774>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SILVEIRA, E. P. A.; ZANCHIN, J. PGRSS de um Hospital Público de Florianópolis:

Atendimento aos Requisitos Legais ou Responsabilidade Social Corporativa da

Instituição? **Estudos de Administração e Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 57-67, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/revistaeas/article/view/27418>. Acesso em: 17 ago. 2023.

SOUTO, L.; MAGALHÃES, S. C. M. Análise do manejo dos resíduos sólidos de saúde no

município de Bocaiúva/MG. **Revista Cerrados**, v. 11, n. 01, p. 38-51, 2013. Disponível em:

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/cerrados/article/view/3024>. Acesso em: 17 ago. 2023.

STEDILE, N. L. R.; SCHNEIDER, V. E.; NUNES, M. W. KAPPES, A. C. A aplicação do modelo FPSEEA no gerenciamento de resíduos de serviço de saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 3683-3694, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/jD3tRzjfNC4T9hFWXxRpjKN/#>. Acesso em: 17 ago. 2023.

REGULAMENTO DE LEITOS: UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE OS MÉTODOS IMPLANTADOS NOS HOSPITAIS DO BRASIL

Jefferson Vitoriano Sena¹¹
Fabiana Pinheiro Santiago¹²
Laís Karla da Silva Barreto¹³
Alice Gerlane Cardoso da Silva¹⁴

Resumo

A superlotação hospitalar sempre foi um grave problema no Brasil e no Mundo, causando retardo no atendimento dos pacientes agudos. Entretanto, faz-se necessário uma gestão estratégica que ressalte a importância de utilizar métodos que demonstrem resultados com transparência. A presente revisão bibliográfica tem como objetivo verificar a eficiência dos principais métodos de regulamento de leitos implantados em hospitais do Brasil. A revisão de literatura de abordagem descritiva de caráter qualitativa, foi realizada no período de julho de 2022 a janeiro de 2023, nas bases de dados Scielo e Scopus, através do cruzamento dos seguintes termos: regulamento de leitos, atuação de enfermeiros na gestão de leitos e metodologia como estratégia na gestão de leitos no hospital. Foram selecionados 6 artigos específicos sobre a resolutividade no processo assistencial dos pacientes, resultando na desospitalização. A presente revisão evidenciou que ao implementar qualquer tipo de método descrito como ferramenta permanente de gestão, seria necessário a atuação de profissionais com o fim específico de gerenciar a vinculação do Núcleo de Regulação Interna de Leitos com a central de regulação de leitos, além de ser responsável pelo engajamento de toda a equipe de saúde em colaboração com os processos metodológicos implantados, bem como, o investimento na educação permanente dos trabalhadores com vistas à conscientização dos propósitos e benefícios das ferramentas para a população como um todo, inclusive para a instituição, garantindo a eficiência dos métodos de regulamento de leitos implantados em hospitais do Brasil.

Palavras-chave: Administração dos cuidados aos pacientes; Gestão hospitalar; Ocupação de leitos; Sistema de informação.

Abstract

Hospital overcrowding has always been a serious problem in Brazil and in the world, causing a delay in the care of acute patients. However, it is necessary to have a strategic management that emphasizes the importance of using methods that demonstrate results with transparency. This bibliographic review aims to verify the efficiency of the main bed regulation methods implemented in hospitals in Brazil. The literature review with a descriptive qualitative approach was carried out from July 2022 to January 2023, in the Scielo and Scopus databases, by crossing the following terms: bed regulation, role of nurses in bed management and methodology as a strategy for hospital bed management. Six specific articles were selected on resoluteness in the care process of patients, resulting in

¹¹Mestrando em Administração (UNP). Especialista em Educação à Distância (Signorelli). Especialista em Secretariado Escolar (Faculdade Única). Especialista em Matemática Financeira e Estatística (Focus). Licenciado em Matemática (UFRN). Licenciado em Pedagogia (FAEL). E-mail: seninhajefferson@gmail.com.

¹²Mestranda em Administração (UNP). Especialista em Enfermagem do Trabalho (FAMEC). Graduada em Enfermagem (UNP). E-mail: fabi.rpmp@gmail.com.

¹³Doutora e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem. Especialista em Práticas pedagógicas no Ensino Superior (UNP). Especialista em Estudos da Linguagem (UFRN). Graduada em Administração (UNESA). Graduada em Comunicação Social - Jornalismo (UFRN). Graduada em Comunicação Social - Rádio & TV (UFRN). Graduada em Letras (UFRN). Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Potiguar (PPGA-UNP). E-mail: laisbarreto@gmail.com.

¹⁴Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande. Professora da Universidade Potiguar - UNP. E-mail: alice.gerlane@animaeducacao.com.br.

dehospitalization. This review showed that when implementing any type of method described as a permanent management tool, it would be necessary for professionals to work with the specific purpose of managing the link between the Center for Internal Regulation of Beds and the center for regulating beds, in addition to being responsible for engaging the entire health team in collaboration with the methodological processes implemented, as well as investing in the permanent education of workers with a view to raising awareness of the purposes and benefits of the tools for the population as a whole, including the institution, ensuring the efficiency of bed regulation methods implemented in hospitals in Brazil.

Keywords: Administration of care to patients; Hospital management; Occupancy of beds; Information system.

Introdução

A superlotação hospitalar sempre foi um grave problema no Brasil e no Mundo, causando retardo no atendimento dos pacientes agudos, aumentando com isso a mortalidade, podendo representar, inclusive, uma ameaça aos direitos humanos. Além disso, minimiza a qualidade da assistência, eleva os custos, a insatisfação dos usuários e profissionais, formando assim um ciclo vicioso (HEISLER, 2012).

A solução desse problema não é pontual, pois envolve os diferentes níveis de atenção à saúde. Uma Organização Hospitalar atende aos critérios estabelecidos pelo Sistema Único de Saúde. Isso inclui o repasse informações claras, precisas e confiáveis, mantendo o controle e medindo a eficiência dos seus indicadores de desempenho, além de permitir a demonstração de resultados do seu processo de trabalho, sempre em busca de resultados positivos (ESSINGER, 2017).

Entretanto, faz-se necessário uma gestão estratégica que ressalte a importância de utilizar métodos que demonstrem resultados com transparência. Por exemplo, em uma unidade hospitalar quando se obtém um planejamento de alta adequado, pode-se conter custos e melhorar os resultados para os pacientes, garantindo que deixem as unidades hospitalares de maneira segura, no momento apropriado do seu tratamento, podendo até manter a continuidade do cuidado no seu pós-alta de forma organizada. O menor tempo de permanência dos pacientes reflete no maior giro de leito, aumentando a oferta de vagas hospitalares, demonstrando a qualidade da equipe assistencial, indicando sua maior capacidade de resolutividade, além de contribuir com a minimização das taxas de infecção (AUNSCHAU *et al.*, 2017).

A evolução tecnológica, a qualidade dos serviços de saúde prestados não tem deixado os usuários satisfeitos. Faz-se necessário levar em consideração que está dentro de um sistema complexo, e que é importante identificar e especificar que o valor de qualidade do serviço deve atender às perspectivas do paciente. Nesse contexto, na tentativa de melhorar ou redesenhar os processos, as organizações dos serviços de saúde, assim como outras no meio administrativo, têm criado ferramentas para promover melhores resultados com rapidez e eficácia, sem grandes perdas financeiras (ESSINGER, 2017).

Nessa perspectiva, os métodos Kanban, Dubois e o NIR são adaptáveis a qualquer atividade com produção em série, sendo atualmente utilizada como processo de melhoria contínua nos mais variados segmentos das organizações hospitalares, ou seja, como instrumento para avaliação da qualidade da assistência, para melhorar fluxos, taxas de indicadores e resolutividade dos pacientes internados, sendo excelentes ferramentas de apoio à gestão de leitos (HEISLER, 2012).

O *kanban* é uma ferramenta advinda do pensamento *Lean*, adaptada para o setor saúde. Ele permite realizar o gerenciamento dos leitos hospitalares, de forma a visualizar os pacientes internados em um setor e classificá-los por cartões codificados por cores, alterados manualmente conforme o tempo de permanência pré-definido e a realidade institucional (ANSCHAU *et al.*, 2017).

O modelo teórico de Dubois, denominado *Nursing Care Performance Framework* (NCPF), consiste na operação conjunta de três subsistemas de enfermagem com vistas a alcançar três funções: Adquirir, implantar e manter recursos humanos de enfermagem; Transformar recursos de enfermagem em serviços de enfermagem; e Produzir mudanças nas condições de um paciente como resultado da prestação de serviços de enfermagem. Tais subsistemas são operacionalizados por meio de dimensões compostas de múltiplos componentes que definem a estrutura, os processos e os resultados do sistema geral dentro de cada um desses subsistemas, estando os componentes envolvidos em múltiplos processos de interação para alcançar uma função especializada (DUBOIS *et al.*, 2013).

O NIR (Núcleos Internos de Regulação) diz respeito a uma instância de coordenação institucional, que possui a finalidade de gerir os leitos de forma centralizada, além de servir de interface entre as Unidades de Saúde e as Centrais de Regulação do acesso à assistência à saúde, integradas e pactuadas (BRASIL, 2013). Em hospitais públicos, a atuação do NIR na operacionalização, organização e monitoramento de indicadores hospitalares de processo e resultado é de extrema relevância, na medida em que fortalece os objetivos do Programa de Apoio e Desenvolvimento Institucional do SUS (PROADISUS) (BRASIL, 2017).

Dessa forma, permite otimizar a oferta de leitos, avaliação das necessidades de transferências, redução do índice de permanência hospitalar, o que aumenta o índice de rotatividade dos leitos e de resolutividades no processo assistencial dos pacientes, resultando na desospitalização (MATTOS, 2016).

Entretanto, a presente revisão bibliográfica tem como objetivo verificar a eficiência dos principais métodos de regulação de leitos implantados em hospitais do Brasil.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa é caracterizada como uma revisão de literatura de abordagem descritiva de caráter qualitativa foi realizada no período de julho de 2022 a janeiro de 2023, nas bases de dados Scielo e Scopus.

Para uma busca efetiva foi utilizado o cruzamento dos seguintes termos: regulação de leitos, atuação de enfermeiros na gestão de leitos e metodologia como estratégia na gestão de leitos no hospital.

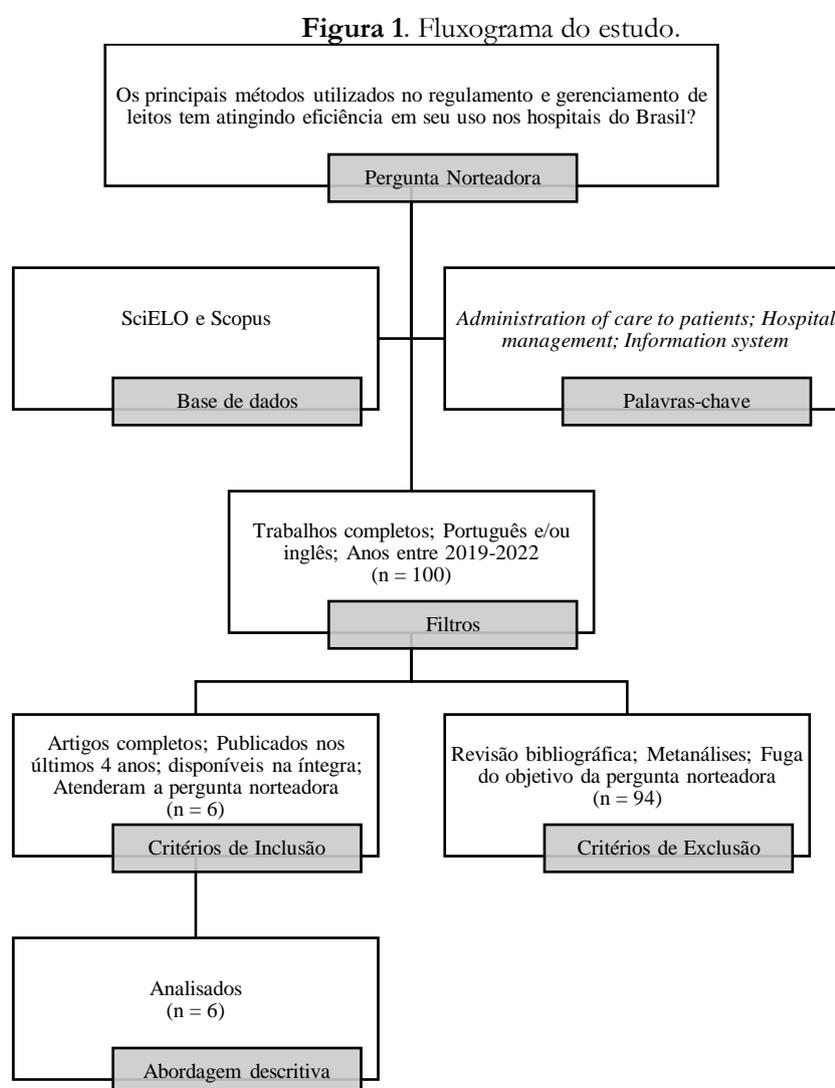
Foram adotados como critérios de inclusão estudos que abordavam a importância de otimizar a oferta de leitos, avaliação das necessidades de transferências, redução do índice de permanência hospitalar, o que aumenta o índice de rotatividade dos leitos e de resolutividades no processo assistencial dos pacientes, resultando na desospitalização nos anos de 2019 a 2022, sem restrição linguística, completos e gratuitos nas bases de dados a partir de pesquisas originais.

Foram excluídos os estudos incompletos nas bases de dados, duplicados, não originais, capítulos de livros digitais e físicos, revisão de literatura e bibliográficas, revisões sistemáticas, cartas editoriais, comentários, manuais médicos, *Guidelines*, portarias, resumos de artigos científicos.

Para a realização desta pesquisa nas bases de dados, foram utilizados descritores encontrados no DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) listados a seguir: Administração dos cuidados aos pacientes; Gestão Hospitalar; Sistema de Informação, as palavras-chave foram combinadas utilizando-se o operador booleano “AND”. As bases de dados utilizadas para o levantamento bibliográfico foram: Scielo e Scopus

No que diz respeito aos tratamentos dos dados, eles foram acertados por meio de estatística descritiva, com a utilização dos programas *Microsoft Word 2010* para organização dos dados e obtenção das constâncias simples, onde foram apresentados por meio de fluxograma e quadros, analisados e discutidos com base na temática escolhida para a presente pesquisa.

A Figura 01 apresenta o fluxograma de busca e rastreamento das publicações para análise no presente estudo. Inicialmente, foi realizada uma leitura dos resumos dos artigos e com isso, foram selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão pré-estabelecidos para refinar a amostra.



Fonte: Os autores, 2023.

Resultados e discussão

Na base de dados da BVS, após a busca com os descritores, resultaram em 6 artigos encontrados no presente estudo. No Scielo, após a busca do descritor, foram encontrados 2 artigos e na Scopus, 4 artigos, que foram lidos e incluídos no presente estudo.

No portal de periódicos, foram utilizados os mesmos descritores, no qual resultaram em 100 artigos encontrados, onde foram avaliados pela leitura dos títulos, artigos em periódicos pagos que só continham resumos e não disponibilizava o manuscrito completo, como também as revisões bibliográficas que não abordavam com tanta profundidade a importância de otimizar a oferta de leitos, a avaliação das necessidades de transferências e a redução do índice de permanência hospitalar, o que aumenta o índice de rotatividade dos leitos e de resolutividades no processo assistencial dos pacientes, resultando na desospitalização nos anos de 2019 a 2022, sem restrição linguística, completos e gratuitos nas bases de dados a partir de pesquisas originais.

Mediante as buscas bibliográficas foram obtidos 100 artigos, e após todos os filtros e critérios para inclusão, 6 artigos foram incluídos e utilizados na construção dos resultados e discussão por apresentarem dados clínicos eficazes através da implantação de métodos de regulamento de leitos, nesse sentido, forneceram informações para agregar nos resultados e discussão da presente pesquisa.

Desse modo, a amostra do presente estudo conta com 6 artigos agrupados para análise que cumpriram com todos os critérios estabelecidos previamente. Em seguida, realizadas as avaliações das variáveis e a construção dos Quadros 1 e 2, visando a maior viabilidade dos resultados propostos no presente estudo.

Na busca, foram encontrados 6 artigos específicos sobre a resolutividades no processo assistencial dos pacientes, resultando na desospitalização, conforme já citados nos descritores Scielo e Scopus.

Analizados 2 artigos na base de dados da Scielo com intuito de melhorar o entendimento a respeito do tema. Na base Scopus foram encontrados 14 artigos, 4 selecionados e 10 excluídos. Desta maneira, foram selecionados 6 artigos para construção da presente revisão, apresentados nos Quadros 1 e 2.

Dos 6 artigos descritos, 2 (33,3%) deles foram estudos transversais e 4 (66,6%) estudos experimentais. Do total, 1 (16,6%) foi publicado no ano de 2022, 4 (66,6%) publicados no ano de 2020, 1 (16,6%) no ano de 2019. Os 6 (99,99%) artigos foram desenvolvidos no Brasil, sendo disponíveis nas bases de dados: Scielo e Scopus, respectivamente (Quadros 1 e 2).

Quadro 1. Descrição dos estudos na presente revisão.

Autores	Título	Tipo do estudo	Ano	País	Base de dados
Feijó <i>et al.</i>	Núcleo Interno de Regulação hospitalar: repercussões da implantação nos indicadores dos serviços de saúde	Estudo Transversal	2022	Brasil	Scielo
Lisbôa <i>et al.</i>	Atuação do enfermeiro regulador no gerenciamento de listas de	Estudo Transversal	2020	Brasil	Scielo

	espera cirúrgicas				
Campos e Canabrava	O Brasil na UTI: atenção hospitalar em tempos de pandemia	Estudo experimental	2020	Brasil	Scopus
Cerdeira <i>et al.</i>	Metodologia <i>Kanban</i> como estratégia na gestão de leitos no Hospital Universitário Professor Edgard Santos – HUPES	Estudo experimental	2020	Brasil	Scopus
Borges <i>et al.</i>	Atuação de enfermeiros na gestão de leitos de um hospital de ensino	Estudo experimental	2020	Brasil	Scopus
Uzuelli <i>et al.</i>	Reforma da Atenção Hospitalar para modelo de saúde baseada em valor e especialidades multifocais	Estudo experimental	2019	Brasil	Scopus

Fonte: Os autores, 2023.

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem uma proposta avançada de atenção que se depara tanto com dificuldades específicas de consolidação de suas diretrizes como as de enfrentamento de uma situação de saúde marcada pela superposição de danos e riscos epidemiológicos de natureza aguda e condições crônicas relacionadas a um maior ou menor grau de desenvolvimento e de urbanização condicionados por transformações demográficas e epidemiológicas (WEBER, 2012).

Essa situação gera um conjunto diversificado de necessidades e demandas aos serviços de saúde que vem sendo trabalhados pelo SUS por meio de diversas iniciativas, como: descentralização de recursos fundo a fundo para estados e municípios, implantação e expansão acelerada da Estratégia da Saúde da Família (ESF) e do Piso da Atenção Básica, e uma política de regulação do acesso a tecnologias e procedimentos de alta complexidade em âmbito nacional, dentre outras (AGUIAR; LIRA, 2020).

Entretanto, a rede hospitalar brasileira busca de novas experiências com metodologias que corroboram para o exercício na prática de serviços de saúde capaz de integrar a prática interprofissional na gestão de casos, oportunizando a gestão clínica e a de leitos hospitalares, e vem evidenciando a eficácia na gestão de leitos hospitalares em pesquisas realizada por Feijó *et al.* (2022), ao avaliar os indicadores hospitalares como o NIR e o *Benchmarking* e suas repercussões, antes e após a implantação do Núcleo Interno de Regulação, no número de internações mensais em hospital universitário público, verificaram que embora o número de leitos disponíveis tenha sido menor no período pós-implantação, o intervalo de substituição de leitos reduziu, representando o aumento de mais 40 leitos ao mês devido à diminuição do tempo de permanência dos pacientes na instituição.

A implantação do NIR, em médio e longo prazo, possui como resultados a melhoria dos indicadores hospitalares, como também a redução significativa do número de pacientes admitidos diretamente no centro cirúrgico e encaminhados ao setor de urgência e emergência no pós-operatório, além da redução na ocorrência de retornos de pacientes em pós-operatório ao setor de urgência e emergência (RODRIGUES; JULIANI, 2015).

Considerando que a atuação do NIR promove a melhoria na eficiência institucional, a qual pode ser mensurada a partir do monitoramento dos indicadores de desempenho institucional, é correto afirmar que os mesmos indicadores podem ser utilizados para aferir a efetividade do NIR, no que se refere ao uso eficiente dos leitos de internação e na regulação do acesso aos leitos de enfermaria clínica e cirúrgica (SOARES, 2017).

Quadro 2. Análise descritiva dos estudos na presente revisão.

Autores (Ano)	Objetivo	Métodos	Resultados
Feijó <i>et al.</i> (2022)	Avaliar os indicadores hospitalares e suas repercussões, antes e após a implantação do Núcleo Interno de Regulação, no número de internações mensais em hospital universitário público.	A pesquisa avaliativa, do tipo Estudo de Caso desenvolvida em hospital universitário público. Foram mensurados 28 indicadores relacionados à estrutura, produção, produtividade e qualidade, que integram o referencial de <i>Benchmarking</i> interno. Os dados foram analisados por estatística descritiva e regressão múltipla para identificar os fatores independentes e associados ao número de internações mensais com intervalos de confiança de 95%.	A implantação do Núcleo aumentou significativamente ($p < 0,001$) o número de altas, o fator de utilização e índice de renovação dos leitos, internação de urgência, porcentagem de ocupação dos leitos, procedimentos cirúrgicos realizados e média de paciente-dia ($p = 0,027$). Houve redução ($p < 0,001$) no número de atendimentos no pronto socorro médico, obstétrico e ortopédico, nas taxas de infecção hospitalar e de mortalidade infantil, bem como na diminuição média de permanência de 0,81/dia, aproximadamente um dia a menos de internação por paciente, ou um ganho de 40 leitos disponíveis ao mês.
Lisboa <i>et al.</i> (2020)	Detalhar a atuação do enfermeiro regulador no gerenciamento das listas de espera para cirurgias eletivas de um hospital público.	Trata-se de um relato de experiência que discorre sobre a atuação do enfermeiro regulador no gerenciamento das listas de espera para cirurgias eletivas.	os resultados desta iniciativa foram: redução do tempo de espera; eliminação de discrepâncias que promoviam iniquidade de acesso; promoção de maior segurança nos tratamentos; atuação do enfermeiro como gestor para conduzir e mediar situações entre serviços; concessão da autonomia da alta gestão do hospital ao gestor de listas de espera; e comunicação efetiva pelo <i>feedback</i> constante com as equipes médicas. Onde o gerenciamento das listas de espera de cirurgias precisa ser contínuo e sistemático, assim como ampliado para as equipes ainda não envolvidas. Essa iniciativa pode ser replicada e

			aprimorada em outras organizações de saúde.
Campos; Canabrava (2020)	O objetivo do trabalho foi propor um modelo matemático para previsão da disponibilidade de leitos durante a pandemia e calcular os momentos de ruptura dos sistemas, ou seja, quando faltariam leitos gerais e de UTI, baseado em diversas premissas, sendo que muitas delas podiam ser modificadas pelos gestores e profissionais da saúde para aproximar de situação específicas.	Em um cenário de insuficiência e má distribuição de leitos de UTI para enfrentamento da Covid-19 e insuficiência no volume de recursos financeiros despendidos, diversos modelos matemáticos foram construídos, desde o início da pandemia, para estimar a necessidade de recursos diversos para o atendimento hospitalar, dentre eles, estão: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Uma agenda para o setor hospitalar Definição nacional de uma tipologia hospitalar ✓ Criação de Complexos Hospitalares ✓ Ampliação da rede hospitalar e manutenção dos leitos de UTI criados na pandemia. 	É fundamental o fortalecimento da gestão pública para que se garanta a suficiência de recursos humanos, de infraestrutura e de informação em saúde. Sem a busca de escala econômica adequada para os serviços de saúde, recursos de custeio garantidos para seu pleno funcionamento, transparência e corresponsabilidade na gestão, aliada a dispositivos institucionais eficazes de coordenação de políticas, nos espaços nacional, estadual e regional do sistema, envolvendo a rede pública com intuito de garantir eficiência nos serviços de saúde.
Cerdeira et al. (2020)	Desenvolver um sistema para gestão de leitos do Hospital Universitário Professor Edgard Santos – HUPES a fim de monitorar o tempo de permanência do paciente, utilizando a metodologia <i>Kanban</i> como estratégia de trabalho.	O método é uma pesquisa aplicada para um processo de desenvolvimento ágil do sistema baseado no <i>OpenUP</i> , compreendendo quatro fases: concepção, requisitos, elaboração e execução de forma interativa e cíclica, empregando-se o conceito arquitetural de camadas – MVC. Estabelece critérios de classificação por cores para a elaboração do painel de Monitoramento – vermelho, amarelo ou verde, conforme a metodologia <i>Kanban</i> –, calculando os dias de permanência do paciente na internação,	A implementação desse método em conjunto com o sistema, qualificou o gerenciamento do cuidado, monitorando os pacientes internados nas unidades assistenciais, permitindo e descrevendo as características da complexidade quanto ao tempo de permanência, para auxiliar na gestão dos leitos e na produção de indicadores de cada unidade. Onde identificou-se o tempo de uso dos leitos ocupados, avaliação da qualidade da assistência, o que favorece os indicadores administrativos e de qualidade para o monitoramento do processo de internamento, proporcionando com isso a desospitalização.

		direcionados pela competência e código SIGTAP, informado na Autorização de Internamento Hospitalar – AIH.	
Borges <i>et al.</i> (2020)	Analisar a atuação de enfermeiros na gestão de leitos de um hospital público de ensino.	Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa, inspirada no modelo teórico de Dubois. Foram entrevistados 32 participantes da unidade de gestão de leitos e unidades assistenciais de um hospital público no período de fevereiro a maio de 2018. A observação e os registros de dados do serviço de Gestão de Leitos complementaram a coleta. Utilizou-se a Análise de Conteúdo Temático Categorical.	A atuação do enfermeiro foi desvelada em três matrizes de análise, representadas pelas categorias: aquisição, implementação e manutenção de recursos de enfermagem; transformação de recursos de enfermagem em serviços de enfermagem; e resultados do trabalho do enfermeiro da Gestão de Leitos. Desta forma, entender como a atuação de enfermeiros na Gestão de Leitos contribui no cenário de novas práticas e diferentes papéis em prol da visibilidade e fortalecimento da identidade do enfermeiro.
Uzuelli <i>et al.</i> (2019)	Descrever a experiência de reforma do modelo assistencial da Rede de Hospitais Públicos do Distrito Federal, sob os moldes da atenção à saúde centrada na pessoa, com a saúde baseada em valor.	Para a reestruturação dos processos de trabalho das Unidades Hospitalares da SES-DF foi publicado um conjunto de 5 portarias no âmbito da SESDF, enquanto que para as alterações de estrutura que garantiram a adequada governança no novo modelo foram publicados 3 Decretos Governamentais, contendo as alterações de estrutura e atribuições na Administração Central da Secretária de Saúde, pertinentes às mudanças de atribuições e nova modelagem dos processos de trabalho. As alterações normativas tiveram abrangência nos 15 hospitais da Rede de Serviços locais e respeitaram um fluxo de construção, que teve início com a redação da primeira versão de minuta pela área técnica, seguindo as demais instâncias colegiadas para ser	Tais mudanças permitiram que os profissionais nos seus diferentes níveis de atenção estejam interligados. Ou seja, os profissionais passam a prestar um serviço de saúde de forma contínua para a população, proporcionando um cuidado de saúde integral ao paciente. Essa abordagem garante ganho de eficiência no tratamento do paciente, pois os profissionais multifocais e focais trabalham de maneira integrada. Com a implementação da gestão da organização por processos de trabalho e o planejamento adequado, foi possível redesenhar o modelo assistencial utilizado nos dias atuais, permitindo através da gestão do conhecimento a ampliação do acesso e da interatividade, proporcionado ao cidadão através do modelo de gestão em saúde que agregue valor.

		publicada, passando pelo Colegiado de Atenção à Saúde, sendo que antes da deliberação do Secretário de Saúde passaram pelo Colegiado de Gestão da SESDF, instância com poderes de colegiado bipartite no Distrito Federal. A redação das primeiras versões das minutas e decretos foram feitas pelos setores responsáveis por cada assunto específico por meio de extensa revisão de literatura e da legislação, a fim de garantir que a normatização respeitasse o princípio da Gestão Baseada em Evidência.	
--	--	---	--

Fonte: Os autores, 2023.

Lisboa *et al.* (2020), avaliando a atuação do enfermeiro regulador no gerenciamento de listas de espera cirúrgicas, verificaram redução do tempo de espera; eliminação de discrepâncias que promoviam iniquidade de acesso; promoção de maior segurança nos tratamentos; atuação do enfermeiro como gestor para conduzir e mediar situações entre serviços; concessão da autonomia da alta gestão do hospital ao gestor de listas de espera; e comunicação efetiva pelo *feedback* constante com as equipes médicas. Concluíram que o gerenciamento das listas de espera de cirurgias precisa ser contínuo e sistemático, assim como ampliado para as equipes ainda não envolvidas. Essa iniciativa pode ser replicada e aprimorada em outras organizações de saúde.

Campos e Canabrava (2020), estudando a atenção hospitalar em tempos de pandemia, verificaram que a gestão pública para que se garanta a suficiência de recursos humanos, de infraestrutura e de informação em saúde. Sem a busca de escala econômica adequada para os serviços de saúde, recursos de custeio garantidos para seu pleno funcionamento, transparência e corresponsabilidade na gestão, aliada a dispositivos institucionais eficazes de coordenação de políticas, nos espaços nacional, estadual e regional do sistema, envolvendo a rede pública com intuito de garantir eficiência nos serviços de saúde.

Essas iniciativas permitiram uma série de avanços na organização do SUS, ao mesmo tempo que evidenciou fragilidades significativas no que diz respeito à segmentação dos serviços e à fragmentação do cuidado aos indivíduos e populações. Neste sentido, a aprovação do Pacto pela Saúde com a publicação da Portaria nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006, além de reafirmar o compromisso dos gestores de saúde das três esferas de governo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, apresenta-se como possibilidade de superação daquelas fragilidades, na medida em que coloca a regionalização da saúde como um de seus eixos centrais (BRASIL, 2006).

Cerdeira *et al.* (2020), ao avaliar a metodologia *kanban* como estratégia na gestão de leitos no Hospital Universitário Professor Edgard Santos – HUPES, concluíram que a *Kanban* é relevante, importante e traz inúmeros benefícios na otimização dos resultados, gerando indicadores que atendem os objetivos, entre eles as melhorias contínuas na performance da execução do controle de permanência hospitalar.

Consequentemente, gera a redução de custos, alinhamento da comunicação entre as unidades essenciais para monitoramento dos dados, satisfação dos usuários da gestão e das unidades assistenciais que utilizam esse conceito. Vale salientar ainda a importância da manutenção do plano estratégico com o cronograma e treinamento para que haja engajamento no seu sucesso contínuo e permanente (CERDEIRA *et al.*, 2020).

Mesmo com a evolução tecnológica, a qualidade dos serviços de saúde prestados não tem deixado os usuários satisfeitos. Faz-se necessário levar em consideração que estamos dentro de um sistema complexo, e que é importante identificar e especificar que o valor de qualidade do serviço deve atender às perspectivas do paciente (ESSINGER, 2017).

Borges *et al.* (2020), ao analisarem a atuação de enfermeiros na gestão de leitos de um hospital público de ensino, perceberam que a atuação do enfermeiro foi desvelada em três matrizes de análise representadas pelas categorias: aquisição, implementação e manutenção de recursos de enfermagem; transformação de recursos de enfermagem em serviços de enfermagem; e os resultados do trabalho do enfermeiro da gestão de leitos. Concluindo que o entendimento da atuação de enfermeiros na gestão de leitos contribui no cenário de novas práticas e diferentes papéis em prol da visibilidade e fortalecimento da identidade do enfermeiro.

Nesse contexto, na tentativa de melhorar ou redesenhar os processos, as organizações dos serviços de saúde, assim como outras no meio administrativo, têm criado ferramentas para promover melhores resultados com rapidez e eficácia, sem grandes perdas financeiras. Nessa perspectiva, a metodologia *Kanban* é adaptável a qualquer atividade com produção em série, sendo atualmente utilizada como processo de melhoria contínua nos mais variados segmentos das organizações hospitalares, ou seja, como um instrumento para avaliação da qualidade da assistência, para melhorar fluxos, taxas de indicadores e resolutividade dos pacientes internados, sendo uma excelente ferramenta de apoio à gestão de leitos (HEISLER, 2012).

Dessa forma, permite otimizar a oferta de leitos, avaliação das necessidades de transferências, redução do índice de permanência hospitalar, o que aumenta o índice de rotatividade dos leitos e de resolutividades no processo assistencial, resultando na desospitalização (MATTOS, 2016).

Uzelli *et al.* (2019), ao analisar a reforma da atenção hospitalar para modelo de saúde baseada em valor e especialidades multifocais, verificaram que tais mudanças permitiram que os profissionais nos seus diferentes níveis de atenção estejam interligados. Ou seja, os profissionais passam a prestar um serviço de saúde de forma contínua para a população, proporcionando um cuidado de saúde integral ao paciente. Essa abordagem garante ganho de eficiência no tratamento do paciente, pois os profissionais multifocais e focais trabalham de maneira integrada.

Com a implementação da gestão da organização por processos de trabalho e o planejamento adequado, foi possível redesenhar o modelo assistencial utilizado nos dias atuais, permitindo através da gestão do conhecimento a ampliação do acesso e da interatividade, proporcionado ao cidadão através do modelo de gestão em saúde que agregue valor (UZUELLI *et al.*, 2019).

Assim, para que a integralidade do cuidado aconteça, são necessárias a conjunção de um trabalho multidisciplinar e a incorporação de tecnologias de saúde e de cuidado, as quais podem ser compreendidas como um conjunto de atividades ou práticas que assegurem o funcionamento efetivo dos serviços, bem como a garantia do compromisso assumido com os usuários e a qualidade do cuidado. Nessa perspectiva, a incorporação de protocolos e de tecnologias de cuidado constitui-se num componente fundamental e pode ser pensada para que os usuários possam percorrer fluxos

definidos e adequados, de modo a obterem a integralidade do cuidado que necessitam (RUFINO *et al.*, 2016).

Desse modo, é oportuno contar com tecnologias de cuidado que otimizem os processos de gestão e monitoramento das internações hospitalares, bem como que sejam possíveis de ser adaptadas à realidade existente na instituição em que se propõe estabelecê-las. O uso dessas tecnologias poderá promover a redução dos custos e do tempo de resposta aos usuários, elevando o nível de qualidade, repercutindo, até mesmo, no nível de satisfação dos usuários e trabalhadores, bem como nos resultados financeiros (DORNELLES; GASPARETTO, 2015).

Paes *et al.*(2014) referem que a utilização de tecnologias de cuidado e de protocolos no cotidiano profissional organiza o saber fazer de forma sistematizada e científica, propiciando segurança e autonomia' nas ações executadas.

Já Peixoto; Brito (2015), mencionaram que os protocolos clínicos se constituem em ferramentas de gestão voltadas para a qualidade do cuidado. Faz-se necessário, portanto, o envolvimento e integração da equipe multidisciplinar na sua construção, direcionando-a para uma avaliação sistemática, capaz de evidenciar e diagnosticar os mais diversos problemas a serem administrados, bem como o estabelecimento de prioridades, de acordo com as necessidades identificadas.

Nesse sentido, entende-se que a possibilidade do uso metodologias com ajuda de tecnologia construída com a participação efetiva dos trabalhadores possa ter mais chances de uma implementação bem-sucedida, à medida que atenderá as necessidades e particularidades daqueles que irão utilizá-la para o monitoramento das hospitalizações, bem como para promover a desospitalização, quando for pertinente (RUFINO *et al.*, 2016).

Considerações finais

A presente revisão evidenciou que ao implementar qualquer tipo de método descrito como ferramenta permanente de gestão, seria necessário a atuação de profissionais com o fim específico de gerenciar a vinculação do Núcleo de Regulação Interna de Leitos com a central de regulação de leitos, além de ser responsável pelo engajamento de toda a equipe de saúde em colaboração com os processos metodológicos implantados, bem como, o investimento na educação permanente dos trabalhadores com vistas à conscientização dos propósitos e benefícios das ferramentas para a população como um todo, inclusive para a instituição, garantindo a eficiência dos métodos de regulamento de leitos implantados em hospitais do Brasil.

Referências

- AGUIAR, L. O. F.; LIRA, A. C. O. Transparência no Sistema Único de Saúde: iniciativas e desafios na divulgação eletrônica das listas de espera. **Cad. Ibero-Am. Dir. Sanit.** [Internet], v. 7, n. 2, p. 111-24, 2020.
- ANSCHAU, F.; WEBSTER, J.; ROESSLER, N.; FERNANDES, E. O.; KLAFKE, V.; SILVA, C. P.; *et al.* Evaluation of clinical governance interventions on qualification of care and supply of beds in a large public hospital. **Sci. Med.**, v. 27, n. 2, p. 1-7, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM n. 399, de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. *In: BRASIL. Ministério da Saúde. Pacto pela Saúde 2006.* Brasília; 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência. **Manual de implantação e implementação do Núcleo Interno de Regulação para hospitais gerais especializados.** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2017. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_implementacao_hospitais_gerais_especializados.pdf. Acesso em: 22 fev. 2023.
- BORGES, F.; BERNARDINO, E.; STEGANI, M. M.; TONINI, N. S. Atuação de enfermeiros na gestão de leitos de um hospital de ensino. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 73, n. 4, e20190349, p. 1-8, 2020.

- CAMPOS, F. C. C.; CANABRAVA, C. M. O Brasil na UTI: atenção hospitalar em tempos de pandemia. **Saúde Debate**, v. 44, n. e4, p. 146-160, 2020.
- CERDEIRA, A. K. L. A.; PAIVA, K. R. S.; QUEIROZ, L. A.; RODRIGUES, V. G. Metodologia *kanban* como estratégia na gestão de leitos no Hospital Universitário Professor Edgard Santos – HUPES. **Revista Brasileira de Inovação Tecnológica em Saúde**, v. 9, n. 3, p. 1-17, 2020.
- DORNELLES, T. S.; GASPARETO, V. Gerenciamento de processos: estudo em uma organização hospitalar catarinense. **Revista de Gestão em Sistemas de Saúde**, v. 4, n. 2, 2015.
- DUBOIS, C. A.; D'AMOUR, D.; POMEY, M. P.; GIRARD, F.; BRAULT, I. *Conceptualizing performance of nursing care as a prerequisite for better measurement: a systematic and interpretive review*. **BMC Nursing**, v. 12, n. 7, 2013.
- FEIJÓ, V. B. E. R.; BARRETO, M. F. C.; BALSANELLI, A. P.; CUNHA, I. C. K. O.; HADDAD, M. C. F. L. Núcleo Interno de Regulação hospitalar: repercussões da implantação nos indicadores dos serviços de saúde. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, v. 30, e3517, p. 1-10, 2022.
- ESSINGER, L. A. **Implantação da Ferramenta Kanban como indutora de Melhora do Fluxo dos Pacientes em um Hospital de Emergência**. 2017. 67 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Medicina, área de concentração Técnicas Videoscópicas) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.
- HEISLER, P. A. **Aplicação da metodologia Kanban como ferramenta adaptada para gestão de “leitos” na emergência**. 2012. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, 2012.
- LISBÓIA, R. L.; KRUEL, A. J.; MARCINIÁK, J. B.; PAZ, A. A. Atuação do enfermeiro regulador no gerenciamento de listas de espera cirúrgicas. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 75, v. 2, e20201233, p. 1-6, 2020.
- MATTOS, C. M. **Aplicação do Kanban ao processo de internação de uma unidade hospitalar pediátrica**. 206. 108 f. Dissertações (Mestrado profissional em Enfermagem Assistencial) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). **Portaria n° 3.390, de 30 de dezembro de 2013**. Institui a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecendo-se as diretrizes para a organização do componente hospitalar da Rede de Atenção à Saúde (RAS). [Internet]. 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3390_30_12_2013.html. Acesso em: 22 fev. 2023.
- PAES, G. O.; MELLO, E. C. P.; LEITE, J. L.; MESQUITA, M. G. D. R.; OLIVEIRA, F. T. D.; CARVALHO, S. M. Protocolo de cuidados ao cliente com distúrbio respiratório: ferramenta para tomada de decisão aplicada à enfermagem. **Esc. Anna Nery**, v. 18, n. 2, 2014.
- PEIXOTO, T. C.; BRITO, M. J. M. Protocolo clínico como dispositivo analítico das relações de poder de profissionais de saúde. **Saúde Debate**, v. 39, n. 107, 2015.
- RODRIGUES, L. C. R.; JULIANI, M. C. M. *Impact of implementing an Internal Bed Regulation Committee on administrative and care indicators at a teaching hospital*. **Einstein**, v. 13, n. 1, p. 96-102, 2015.
- RUFINO, C.; CARLINI, D.; ALVES, M.; KIM, H. S. J. Como promover a desospitalização devido ao transplante de órgãos sólidos? Panorama atual no Brasil e profilaxia da infecção pelo citomegalovírus com valganciclovir. **J. bras. econ. saúde**, v. 8, n. 1, 2016.
- SOARES V. Análise dos Núcleos Internos de Regulação hospitalares de uma capital. **Einstein**, v. 13, n. 3, p. 339-43, 2017.
- UZUELLI, F. H. P.; COSTA, A. C. D.; GUEDES, B.; SABIÁ, C. F.; BATISTA, S. R. R. Reforma da Atenção Hospitalar para modelo de saúde baseada em valor e especialidades multifocais. **Ciênc. Saúde Colet.**, v. 24, n. 6, p. 2147- 2154, 2019.
- WEBER, B. **Tradução, adaptação transcultural e validação do método intermed para a língua portuguesa**: estudo em pacientes hospitalizados. 2012. 175 f. Tese (Doutorado) - Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, 2012.

DO BRASIL COLÔNIA À PRIMEIRA REPÚBLICA: UM BREVE RETROSPECTO DO ENSINO DE FILOSOFIA NO NÍVEL SECUNDÁRIO

Maria Keila Jeronimo¹⁵

Antonio Basílio Novaes Thomaz de Menezes¹⁶

Resumo

Este trabalho objetiva apresentar um breve retrospecto sobre o ensino de Filosofia no Brasil, da colonização à Primeira República. Com intuito de elucidar como se constituiu a trajetória desse ensino no nível secundário no referido período, revisitamos a memória das reformas educacionais ocorridas, permeadas pelos fatores sociais e políticos no intervalo analisado. Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido por meio de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Constatou-se que o ensino de Filosofia, recorrentemente, enfrentou dilemas e desafios na educação brasileira. Observamos que o ensino de Filosofia na educação secundária não é uma constância, que sua inclusão ou exclusão nos currículos estão diretamente relacionadas aos interesses políticos e ideológicos subjacentes de cada época.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia. Reformas educativas. Colonização. Primeira República.

Abstract

This paper aims to present a brief retrospective on Philosophy teaching in Brazil, from colonization to the First Republic. In order to elucidate how the trajectory of this teaching at the secondary level was constituted during the mentioned period, we revisit the memory of the educational reforms that took place, permeated by social and political factors in the analyzed interval. Methodologically, the study was developed by means of bibliographical review and documental research. It was observed that the teaching of Philosophy, recurrently, faced dilemmas and challenges in Brazilian education. We observed that the teaching of Philosophy in secondary education is not a constancy, and that its inclusion or exclusion in the curricula are directly related to the underlying political and ideological interests of each epoch.

Keywords: Philosophy Teaching. Educational reforms. Colonization. First Republic.

Introdução

No decorrer do processo educativo, as disciplinas da área de humanidades, dentre elas, a Filosofia, são impedidas em vários momentos da história educativa a serem descontinuadas ou mesmo excluídas do currículo. Essa questão nos faz refletir sobre as razões da trajetória do ensino de Filosofia ser permeada por instabilidades na história da educação brasileira. Diante disso, consideramos importante pensar sobre a seguinte questão: como se constituiu a trajetória do ensino de Filosofia no Brasil da colonização à Primeira República?

Levando em consideração que as reformas educativas não estão isentas dos processos sócio-históricos e políticos, ressaltamos a importância dos caminhos trilhados permeado pelo contexto histórico e sociológico, pelo ensino de nível secundário. Por causa disso, a história é imprescindível para essa compreensão, pois, conforme Severino (1985, p. 9), “a prática da Filosofia é, com efeito, um triplice diálogo: com o tempo histórico, com a realidade social e com os outros homens”. O fio

¹⁵ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação-PPGED da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Atualmente é professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI. E-mail: keila.jeronimo20@gmail.com.

¹⁶ Professor Titular do Departamento de Filosofia, do Programa de Pós-graduação em Filosofia - PPGFIL e da Pós-graduação em Educação - PPGED da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. E-mail: gpfe.ufrn@gmail.com.

condutor é a proposição de um breve resgate e retrospecto da memória sobre o ensino de Filosofia no Brasil, elaborada na tessitura da história e na trama do espaço social envolto por fatores políticos e econômicos, em que se constituíram a educação secundária no país.

De acordo com Maciel (1959, p. 15) “o curso secundário nasceu, no Brasil, em 1553 com o “Colégio de Jesus”, dos jesuítas, em Salvador, [...]. O ensino da Filosofia nascia ao mesmo tempo, em uma das classes do colégio”, desse modo, percebe-se que o ensino de Filosofia surgiu desde os primórdios da colonização e a constituição da colônia de exploração.

Neste sentido, este trabalho objetiva realizar uma retrospectiva sobre o ensino de Filosofia da colonização à Primeira República, retomando algumas transformações sociais, econômicas e políticas, as quais influenciaram as políticas educacionais e reformas no ensino secundário que, por conseguinte, implicaram diretamente no ensino de Filosofia na época analisada, na sua presença ou ausência na grade curricular das escolas.

Metodologicamente, recorreremos à abordagem da pesquisa bibliográfica e documental. Recorreremos ao diálogo entre pensadores que tratam sobre a historiografia do ensino de Filosofia no Brasil numa perspectiva também sociológica. Na pesquisa bibliográfica, utilizamos o diálogo entre pensadores que tratam sobre a historiografia do Ensino de Filosofia no Brasil, os quais são: Costa (1945), Cartolano (1985), Machado (1976), Severino (1985), dentre outros.

A pesquisa documental foi realizada por meio de análise de leis, normas e decretos que regulamentaram o ensino secundário, como também a disciplina de Filosofia no referido período em estudo. Deste modo, em uma perspectiva crítico-reflexiva, referenciando os pensadores e teóricos que se ocuparam e ocupam sobre o tema em questão, com o intuito de traçar, mesmo que de modo breve, o percurso dessa disciplina, e pensar principalmente como se consolidou o ensino dessa disciplina nos primeiros anos do Brasil. Por isso, revisitamos a historiografia para compreender como se deu a inclusão da Filosofia desde os primórdios no ensino do país.

A Filosofia no Brasil colônia: Da educação jesuítica à Reforma Pombalina

Remonta-se ao período da colonização deste pela coroa portuguesa, por meio do empreendimento das grandes navegações, por volta do ano um do século XVI, na ânsia de conquistar novos mundos. Então, estabeleceu-se aqui uma colônia de exploração, o que veio marcar e nortear o tipo de educação desenvolvida no país, a qual sempre esteve diretamente atrelada aos propósitos políticos e aos fatores econômicos e socioculturais que fizeram parte da formação da cultura brasileira. Nesses termos, logo quando se estabeleceu como colônia, iniciou-se a disseminação do conhecimento filosófico no Brasil por meio dos ensinamentos dos jesuítas, através da Companhia de Jesus, fundada em 1534. De acordo com Costa (1945, p. 35), isso influenciou a educação instituída no Brasil, pois, “Portugal entregara-se à influência da pedagogia dos Jesuítas, o que acabara isolando a nação das ideias que o Cartesianismo e as novas diretrizes científicas haviam feito nascer na Europa”.

Segundo Moraes Filho (1959, p. 3), “com a vinda de Tomé de Sousa em 1549, aqui chegaram os seis primeiros jesuítas”, por isso, a política de monopólio suscitou também um teocracismo. A Companhia de Jesus ordenada pelo antigo militar espanhol Inácio de Loyola, tinha um regime de trabalho organizado segundo moldes militares; foram os jesuítas os responsáveis pela instrução e pela catequese dos povos das colônias, assim “desde que chegaram ao Brasil, os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar” (PAIVA, 2000, p. 43).

Assim sendo, a forma como os fatos ocorreram definiu como se daria a constituição da educação no país, e como seriam encaminhados o ensino e suas finalidades. Desse modo, o ensino de Filosofia se constituía por meio do *Ratio Studiorum*¹⁷, de 1586, reformado e publicado em 1599, era a organização e o plano de estudos dos jesuítas, concentrando sua programação nos elementos da cultura europeia: incluía o curso de humanidades; depois, curso de Filosofia (Escolástica); em seguida, curso de teologia (MORAES FILHO, 1959; COSTA, 1945); e, por final, uma viagem à Europa para aperfeiçoamento (CARTOLANO, 1985). Com um ensino propedêutico, possuía o intuito de catequizar a nova colônia. Portanto, ele viria com um objetivo principal: moralizar e converter os novos povos na conservação da fé católica, ou seja, “as humanidades que faziam, [...] o homem mais “católico do que latino” (COSTA, 1945, p.36).

Dessa maneira, a Filosofia vinha como conhecimento pronto e acabado, não suscitando nenhuma interrogação, mas sua pronta recepção, ou seja, a Filosofia se constituiria uma disciplina livresca, a qual advinda da Europa, vinha pronta e acabada, sendo admirável e visto com grande cultura, o fato de saber reproduzir as ideias recém-chegadas ao país, neste sentido, os novos conhecimentos supriam o espírito de análise, a simples curiosidade supria a crítica (COSTA, 1945).

Esse ensino era direcionado especificamente para a classe mais rica da sociedade colonial, no intuito de formar os homens letrados, com erudição, ou seja, a classe intelectual e os futuros dirigentes políticos, ficando de fora os escravos e os menos favorecidos, o que já demonstrava a dualidade entre ensino intelectual e trabalho braçal. Nesse caso, a classe mais abastada, além de concentrar o poder político e econômico, possuía os bens culturais advindos da “coroa portuguesa”: o privilégio ao acesso da educação dirigida pelos jesuítas, caracterizando-a, assim, como a classe dos privilegiados, somando-se a isso a posse da terra e de escravos.

A Filosofia, da forma como fora direcionado seu ensino, deixou traços marcantes na formação intelectual, como o formalismo, a retórica, a erudição livresca. Neste seguimento, o ensino consolidou-se como artigo de luxo para os senhores ricos e ilustres, ou seja, o homem branco, o qual se estabeleceu aqui e compunha a classe dominante, num conservadorismo aristocrático advindo da classe dirigente da metrópole (Cartolano, 1985).

Nesse meio tempo, Portugal atravessava momentos de dificuldades, estava atrasado em relação a outras potências, a exemplo da Inglaterra, que já se encontrava despontando com o desenvolvimento industrial, posicionando-se à frente dos demais países colonizadores. Por isso, D. José I, o rei de Portugal, designou Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, como o primeiro-ministro, esse estava desafiado a reformar e modernizar a cultura portuguesa, colocando-a de pé em igualdade com outras metrópoles capitalistas. Nesse contexto, Pombal foi uma figura importante na história da educação, tanto em Portugal como no Brasil colônia.

Nesse aspecto, sob o argumento de que a educação deveria formar cidadãos aptos aos desempenhos das obrigações civis, e não meramente aos interesses da igreja, buscou eliminar a influência jesuítica na cultura portuguesa. Consoante Azevedo (1909, p. 283), para Pombal, os jesuítas “continuavam a ser a sua preocupação máxima” e por isso “os jesuítas eram, como vimos, os responsáveis, o perpétuo inimigo que muito importava combater” (AZEVEDO, 1909, p. 283). Neste sentido, exerce um esforço político para expulsar os jesuítas da colônia portuguesa¹⁸, oportunizando

¹⁷ Organizava os estudos da Companhia de Jesus, estabelecia em pormenores o currículo do colégio, a Gramática média; a Gramática superior; as Humanidades; a Retórica. Havia a Filosofia e a Teologia para quem se preparasse para o sacerdócio. A influência greco-romana é incontestável (PAIVA, 2000; MORAES FILHO, 1959).

¹⁸ Antes mesmo da expulsão determinada pela Lei de 3 de setembro de 1759, ocorreu o fechamento dos colégios jesuítas por meio do Alvará de 28 de junho de 1759, sendo substituídos pelas aulas regias a serem mantidas pelo Estado (SAVIANI, 2010).

outras ideias a chegarem ao país, como as aspirações francesas de igualdade, liberdade e fraternidade, e com uma ênfase crítica às ideologias da igreja cristã.

Com a expulsão e ascensão de um espírito moderno, no sentido de suplantar as doutrinas jesuíticas, ocorreram algumas mudanças substanciais na educação que influenciaram o ensino secundário, afetando também o ensino de Filosofia, como a reforma na Universidade. Nesse sentido, “[...] tudo o que se decretou teve por fim, afirma o ministro, combater a ignorância, e suprimir os erros, que durante dois séculos a pedagogia jesuítica havia instilado na mentalidade portuguesa” (AZEVEDO, 1909, p. 285).

Assim, com este novo cenário, houve mudanças significativas como o surgimento de livros mais atuais e a escolha dos professores pelo próprio Marques de Pombal. Neste sentido, as ideias e práticas pedagógicas jesuíticas foram sendo substituídas aos poucos por novos métodos, sobretudo, sob a responsabilidade da Ordem Franciscana que também atuava como propagadores da fé cristã na colônia. Estes foram os impulsionadores do ensino de Filosofia no Brasil Colônia, autorizados por Pombal, constituíram no Rio de Janeiro uma cátedra de Filosofia.

Entretanto, mesmo se mostrando como uma modernização na educação, as reformas estabelecidas por Pombal também se apresentaram como retrocesso, pois, conforme observou-se a educação se orientava no sentido de seguir os mesmos passos religiosos e livrescos da prática educativa dos jesuítas, com apelo a autoridade, disciplina, dificultando a criatividade e a originalidade individual. E o ensino de Filosofia, continuou também no mesmo estilo livresco e escolástico, em conformidade com Costa (1945, p. 20) “a Filosofia no Brasil viveu sempre, é certo, sujeita às chegadas dos pacotes da linha da Europa”.

A Filosofia no início da república: Da influência positivista à Reforma de Rocha e Vaz

Um pouco antes da Proclamação da República, no Brasil, surgiram as primeiras ideias positivistas¹⁹, com cunho ideológico de uma reconstrução social a partir de novos moldes assentados nas verdades científicas. Nessa reconstrução, defendia-se a conciliação da ordem e progresso, o que correspondia aos interesses da burguesia imperial naquele momento, mediante a decadência do Império, o declínio da agricultura, a abolição do tráfico de escravos e, como já dito, da própria Proclamação da República que ocorreu em 1889. Como marco inicial do positivismo no Brasil, tivemos a publicação da obra “As três Filosofias”, lançada no ano de 1874, de Luís Pereira Barreto, em que o autor empreende uma análise, demonstrando a conexão dos esquemas filosóficos de Augusto Comte com o momento sociopolítico vivenciado naquela época (SÁ TORRES, 2018).

Tal conexão da política em geral, principalmente, na proclamação e institucionalização inicial da República, deveu-se a atitude fundamental do positivismo consistir em tomar como objeto de análise a própria realidade histórica e social do Brasil, influenciando de forma veemente o contexto social e cultural, a visão popular brasileira, o comportamento do homem médio. Nesse contexto, o positivismo marca categoricamente a cultura brasileira, imprimindo traços como as tendências pacifistas e a aversão à violência, o respeito pela corporação militar e o desejo pela manutenção da paz, a expectativa exagerada na eficácia da ação governamental, o anseio à ordem e à segurança coletiva, o desejo pelo progresso nacional e muitos outros elementos que constituíram o brasileiro a partir do positivismo como uma Filosofia prática, sobretudo, de cunho política e social, com repercussões direta e importantes para o âmbito educacional (MACHADO, 1976).

¹⁹ Trata-se de um movimento de pensamento que dominou parte da cultura europeia em suas expressões não só filosóficas, mas também políticas, pedagógicas e literárias desde cerca de 1840 até o início da primeira guerra mundial. Possuindo como principais representantes: Auguste Comte na França; John Stuart Mill e Herbert Spencer na Inglaterra, dentre outros (REALE; ANTISERI, 2005).

Então, partindo de um contexto marcado pelo catolicismo impregnado pelos jesuítas, bem como pelas ideias positivistas, dentre outras tendências filosóficas que surgiram nesse panorama, como por exemplo, a Escola de Recife, que foi formada por um grupo de intelectuais no Nordeste do país, os quais, apesar da influência, se contrapunham às ideias positivistas, sendo os principais representantes: Tobias Barreto, Sílvio Romero e Farias Brito. Essa Escola era influenciada por ideias germânicas, como de Haeckel, Noiré e Von Hartmann, como a exemplo de Sílvio Romero, em que “as suas ideias, de positivistas a princípio, orientam-se mais tarde para haekelianismo e o evolucionismo darwinista” (Moraes Filho, 1959, p. 10). Neste sentido, com as influências no âmbito das ideias, temos um apanhado de como as políticas educacionais foram influenciadas pelo contexto político e econômico, e interferiram no ensino secundário e, mais especificamente, no ensino de Filosofia no Brasil.

Nesse contexto, houve cinco reformas educacionais até a década de 30 do século XX. Uma ainda no século IX, de Benjamin Constant, de inspiração positivista, que de acordo com Sá Torres (2018, p. 230) “reformou o ensino superior, as escolas militares, os ginásios [...] Foi uma geral transformação. Para pior, na opinião autorizada do Pe. Arlindo Vieira. Dessas reformas todas, sem dúvida, a mais importante foi a do ensino secundário”, pois o currículo enfatizou as disciplinas científicas, eliminando a Filosofia do currículo do ensino secundário.

A segunda reforma foi de Epiácio Pessoa, Cartolano assegura:

O Regulamento do Ginásio Nacional (Decreto nº 3.914/ 1901), que determinou o currículo proposto pelo Código Epiácio Pessoa, introduziu a lógica, no sexto ano do ensino secundário, com três aulas semanais, e retirou a biologia, a sociologia e a moral, acentuando, desse modo, a parte literária. Mesmo integrando o currículo, como era o caso da lógica, nem ela nem a Filosofia eram exigidas nos “exames parcelados” que davam ingresso às escolas superiores. O ensino secundário já nessa época tinha como função principal a preparação para o ensino superior que era, como ainda hoje, sinal de status e prestígio social (CARTOLANO, 1985, p. 47).

Percebe-se que o ensino de Filosofia não possuía tanta relevância, pois o ensino secundário era prioritariamente para a preparação ao acesso do ensino superior, entretanto, nem a disciplina de lógica como de Filosofia era exigida nos exames para esse acesso.

Mais tarde, por meio do decreto nº 8.659 de 05 de abril de 1911, tratando-se da Reforma Rivadávia Corrêa, foi representada a tentativa de realização da liberdade de ensino através da desoficialização, ou seja, sua intenção foi acabar com os privilégios das escolas federais, tornando-as oficiais e particulares, corporações autônomas, didáticas e administrativamente. Em relação ao Colégio Pedro II, os programas curriculares dos cursos deviam voltar-se para a prática, deixando de ser mero preparatório para adentrar no curso superior. Com essa nova reprogramação, visando à prática dos programas (INÁCIO FILHO; SILVA, 2010), neste caso, a Filosofia perdeu novamente seu lugar no currículo (CARTOLANO, 1985).

Em 18 de março de 1915, por meio do decreto nº 11.530, uma nova Reforma reorganizou tanto o ensino secundário, como também o Superior, qual seja: a Reforma de Carlos Maximiliano, em que o ensino secundário ficou constituído de cinco séries, com quatro a seis disciplinas cada uma; esse curso era indispensável à inscrição para o exame vestibular. Nele, de acordo com o art. 166, deveria constar as seguintes disciplinas: “português, francês, inglês ou alemão, aritmética, álgebra elementar, geometria, geografia e elementos de cosmografia, história do Brasil, história universal, física e química e história natural” e, ainda, um parágrafo único afirma que “haverá um curso facultativo de Psicologia, Lógica e História da Psicologia, por meio da exposição das doutrinas das principais escolas filosóficas”, o que teve pouca influência na prática, pois de acordo com Maciel

(1959, p. 20) “na prática, esse curso facultativo de filosofia inexistiu”, somente utilizavam as doutrinas para uma prova oral no exame vestibular da Faculdade de Direito (CARTOLANO, 1985).

A última reforma educacional anterior a 1930 no ensino secundário denominou-se de Rocha Vaz, ocorrida em 1925. Essa foi instituída por meio do decreto de nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925, ela estabelecia a abolição dos exames preparatórios parcelados, o curso secundário em seis anos, com o objetivo de preparo fundamental e geral para a vida, através do fornecimento da “cultura média geral do país”. Neste caso, o ensino secundário passou a ser obrigatoriamente seriado, sendo concluído com o ensino de Filosofia, ou seja, esta disciplina foi introduzida no quinto e sexto ano, com conteúdos sobre a história da Filosofia. Conforme com Bomeny (2015, p. 9), o “mais forte efeito dessa reforma foi à moralização do ensino”.

O currículo, com caráter enciclopédico, visando uma formação do cidadão e não mais ao preparo para o ensino superior, fora, de certa forma, uma educação ideal e utópica, pois, segundo Cartolano (1985), revelou-se ineficaz na medida em que não forneceu instrumentação teórica necessária para a transformação da realidade social, transmitindo as doutrinas católicas, bem como as ideias vigentes para a manutenção do *status quo*, oriundas da classe política e dos mais favorecidos economicamente.

Considerações finais

Com esse breve retrospecto sobre o ensino de Filosofia no Brasil, certamente, sem a intenção de abarcar a grandeza da problemática envolvida nesse ensino no período analisado, mas, procurando contribuir para a essa discussão, revisitamos o percurso histórico que a Filosofia fez dos primeiros anos, do Brasil Colônia à Primeira República. Nessa trajetória, destacamos alguns fatos e características sociopolíticas, pois, as reformas educativas são elaboradas por motivações sociais e políticas de cada época.

No primeiro momento, na colonização, por meio dos Jesuítas, a trabalho da Companhia de Jesus, o ensino estava voltado para catequizar e difundir a fé católica. Assim, o ensino de Filosofia se constituía por meio do *Ratio Studiorum*, publicado em 1599, concentrava sua programação nos elementos da cultura europeia: incluía o curso de humanidades; depois, curso de Filosofia (Escolástica); em seguida, curso de Teologia; e, por final, uma viagem à Europa para aperfeiçoamento. Era essencialmente um ensino propedêutico, possuía o intuito de catequizar a nova colônia, portanto, ele vinha com um objetivo principal: moralizar e converter os novos povos na conservação da fé católica, e posteriormente, sendo um conhecimento acessível apenas aos brancos e bastados.

Constatou-se, também, que após a expulsão dos jesuítas, por Marques de Pombal, ocorreram mudanças significativas, como o surgimento de livros mais atuais e escolhas dos professores, as ideias e práticas pedagógicas jesuítas foram sendo substituídas aos poucos por novos métodos. Entretanto, mesmo se apresentado com uma modernização na educação, as reformas estabelecidas por Pombal também se apresentaram como retrocesso, pois a educação se orientava no sentido de seguir os mesmos passos religiosos e livrescos da prática educativa dos jesuítas.

Um pouco antes da Proclamação da República, com a influência do Positivismo no Brasil, moldando sobremaneira a educação no país, marca-se categoricamente a cultura brasileira, imprimindo traços como: a valorização do conhecimento científico, as tendências pacifistas e a aversão à violência, o respeito pela corporação militar e o desejo pela manutenção da paz, a expectativa exagerada na eficácia da ação governamental, o anseio à ordem e à segurança coletiva; de modo que, na educação não era prioridade desenvolver uma consciência crítica e autônoma dos discentes.

A partir da Proclamação da República, ocorreu uma série de reformas educativas, até a década de 30, somam-se cinco importantes reformas de nível secundário que modificaram diretamente o ensino de Filosofia. Nesse período, identificamos que na Reforma de Benjamin Constante (1890), de inspiração positivista, foram enfatizadas disciplinas científicas, eliminando a Filosofia do seu currículo. De Eptácio Pessoa, introduziu a lógica no sexto ano do ensino secundário, mesmo integrando o currículo com lógica, a Filosofia não era exigida nos “exames parcelados” que davam ingresso às escolas superiores.

Na reforma educativa de Rivadávia Corrêa, os programas curriculares deviam voltar-se à prática, deixando de ser mero preparatório para adentrar no curso superior, com esse intuito, a Filosofia perdeu novamente seu lugar no currículo. A penúltima reforma do nível secundário, denominada de Carlos Maximiliano, havia um curso facultativo de Lógica e História da Psicologia, com exposição das doutrinas das escolas filosóficas, porém, com pouca influência. A última, de Rocha Vaz, a disciplina de Filosofia foi incluída no quinto e no sexto ano e estendeu-se à história da Filosofia.

Portanto, concluímos que o ensino de Filosofia no Brasil, inicialmente, esteve atrelado à manutenção da fé cristã, já que ele estava sempre relacionado à influência europeia. Era um ensino caracterizado pelo uso dos manuais, educação livresca, de uma Filosofia pronta e acabada. Com o início republicano, apesar das inovações ideológicas, as reformas educativas constataram momentos em que o ensino de Filosofia esteve presente no currículo e, outras ocasiões, ausente. Compreende-se que sua inclusão ou exclusão nos currículos estão diretamente relacionadas aos interesses políticos e ideológicos subjacentes de cada época.

Referências

- AZEVEDO, J. L. **O Marquez de Pombal e a sua época**. Lisboa: Livraria Clássica de A. M. Teixeira, 1909.
- BRASIL. **Decreto de nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925**. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 out. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 11. 530 de 18 de março de 1915**. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11530-18-marco-1915-522019-republicacao-97760-pe.html>. Acesso em: 25 nov. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 8.659 de 05 de abril de 1911**. Aprova a lei Orgânica do Ensino Superior e do Fundamental na República. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 29 nov. 2019.
- BOMENY, H. Reformas educacionais. *In*: ABREU, A. A.; CARNEIRO, J. L. D (org.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2015. Disponível em: reformas_educacionais.pdf (fgv.br) Acesso em: 22 out. 2022.
- CARTOLANO, M. T. P. **Filosofia no ensino de 2º grau**. São Paulo: Cortez, 1985.
- COSTA, J. C. **A Filosofia no Brasil**. De Barcellos, Bertaso e Cia. Porto Alegre: Livraria Globo, 1945.
- INÁCIO FILHO, G.; SILVA, M. A. Reformas Educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). *In*: SAVIANI, D. (org.) **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: Edufes, 2010. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil).
- MACIEL, C. F. **Um estudo** - pesquisa sobre o ensino secundário da filosofia. Recife: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, 1959.
- MACHADO, G. P. **A Filosofia no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez e Moraes Ltda, 1976.
- MORAES FILHO, E. **O ensino de Filosofia no Brasil**. Ministério da Educação e Cultura, Biblioteca Nacional, 1959.

- PAIVA, J. M. Educação jesuítica no Brasil colonial. *In*: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M; VEIGA, C. G. (org.) **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia: Do Romantismo ao Empirio-criticismo**. São Paulo: Paulus, 2005.
- SÁ TORRES, J. C. O. S. **O positivismo no Brasil**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2018.
- SAVIANI, D. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. *In*: SAVIANI, D. (org.) **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: Edufes, 2010. (Coleção Horizontes da Pesquisa em História da Educação no Brasil).
- SEVERINO, A. J. Prefácio. *In*: CARTOLANO, M. T. P. **Filosofia no ensino de 2º grau**. São Paulo: Cortez, 1985.